

Minuta de Contrato de Concessão para Exploração de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Passageiros por Trem de Alta Velocidade na Estrada de Ferro EF-222, no trecho Rio de Janeiro - Campinas (TAV Rio de Janeiro - Campinas)

Contrato de Concessão

Concessão para Exploração do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Passageiros por Trem de Alta Velocidade na Estrada de Ferro EF-222, no trecho Rio de Janeiro - Campinas (TAV Rio de Janeiro - Campinas)

ÍNDICE

Capítulo I - Disposições Iniciais	8
1 Definições	8
2 Interpretação.....	19
3 Anexos.....	19
Capítulo II - Características do Contrato.....	20
4 Objeto do Contrato.....	20
5 Valor do Contrato e Remuneração	21
6 Prazos.....	22
7 Bens da Concessão	22
Capítulo III - Obrigações das Partes	23
8 Traçado Definitivo e Desapropriações.....	23
9 Projeto Executivo	24
10 Licenças Ambientais e Autorizações Governamentais	27
11 Infraestrutura	28
12 Estações.....	31
13 Prestação de Suporte Técnico.....	32
14 Trabalhos	33
15 Período de Testes e Início da Operação Comercial.....	35
16 Prestação dos Serviços Ferroviários.....	37
17 Direitos dos Usuários	38
18 Transferência de Tecnologia.....	39
19 Segurança	42
20 Contratação com Terceiros e Empregados.....	46
21 Direito de Passagem	47
22 Pagamento pela Outorga.....	49
Capítulo IV – Declarações, Fiscalização e Prestação de Informações	52
23 Declarações	52

24	Prestação de Informações	53
25	Fiscalização	55
	Capítulo V - Remuneração da Concessionária.....	57
26	Regime Tarifário	57
27	Receitas Extraordinárias	59
	Capítulo VI - Equação Econômico-Financeira do Contrato	61
28	Alocação de Riscos	61
29	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro	65
	Capítulo VII - Estrutura jurídica da Concessionária, Financiamento, Garantias e Seguros	70
30	Transferência do Controle e Período de Permanência	70
31	Financiamento e Assunção do Controle pelos Financiadores	72
32	Garantia de Execução do Contrato	74
33	Seguros	77
	Capítulo VIII - Penalidades e Extinção da Concessão	79
34	Penalidades	80
35	Intervenção da ANTT	81
36	Casos de Extinção	82
37	Advento do Termo Contratual	83
38	Encampação	83
39	Caducidade	84
40	Rescisão	86
41	Anulação	87
	Capítulo IX - Resolução de Controvérsias	87
42	Comissão Técnica	87
43	Arbitragem	88
	Capítulo X - Disposições Finais	90
44	Exercício de Direitos	90
45	Invalidez Parcial	90
46	Data-base	90

47	Lei Aplicável	90
48	Foro	91
49	Comunicações	91
50	Contagem dos Prazos	91
51	Idioma	91

CONTRATO DE CONCESSÃO

Aos [●] dias do mês de [●] de 2014, pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de contratante:

- (1) A **UNIÃO**, por intermédio da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, autarquia integrante da Administração Federal indireta, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Clubes Esportivo Sul, Lote 10, Trecho 03, Projeto Orla Polo 8, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. [●], [qualificação], nomeado por Decreto de [●], publicado no Diário Oficial da União de [●], e por seu Diretor [●], nomeado pelo Decreto de [●], publicado no Diário Oficial da União de [●], doravante denominada "**ANTT**"; e

de outro lado, na qualidade de "Concessionária", doravante assim denominada:

- (2) [●], sociedade anônima, com sede em [Município], Estado de [●], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob o nº [●], neste ato devidamente representada pelos Srs. [●], [qualificação];

e, ainda, na qualidade de "Interveniente-Anuente",

- (3) [**Acionista Privado**], sociedade anônima, com sede em [Município], Estado de [●], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob o nº [●], neste ato devidamente representada pelos Srs. [●], [qualificação] ("**Acionista Privado**"); e
- (4) **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, empresa estatal organizada e constituída de acordo com a legislação brasileira, cujos atos constitutivos encontram-se arquivados perante a Junta Comercial de [●] sob o nº [●] em [●] de [●], com sede em [Município], Estado de [●], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob o nº [●], neste ato devidamente representada por representada pelos Sr. [●], [qualificação] doravante denominada "**EPL**";

CONSIDERANDO QUE

- (A) O **Poder Concedente** decidiu atribuir à iniciativa privada a prestação de **Serviço Ferroviário** na Estrada de Ferro EF-222, no trecho Rio de Janeiro - Campinas, incluindo a operação, manutenção e conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, precedida dos **Trabalhos**, mediante **Concessão**, conforme autorizado pelo Decreto nº 6.256, de 13 de novembro de 2007, com redação alterada pelo Decreto nº 6.816, de 7 de abril de 2010;
- (B) Em virtude da decisão mencionada no considerando anterior, a **ANTT**, de acordo com as competências legais que lhe foram atribuídas, realizou o **Leilão** para a **Concessão do Serviço Ferroviário**; e
- (C) O objeto da **Concessão** foi adjudicado à **Adjudicatária**, em conformidade com ato da Diretoria da **ANTT**, publicado no **DOU** de [●],

resolvem as **Partes** celebrar o presente Contrato de Concessão (o “**Contrato**”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Capítulo I - Disposições Iniciais

1 Definições

1.1 Para os fins do presente **Contrato** as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões, as quais serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural:

- (i) **ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- (ii) **Ação Preferencial de Classe Especial:** a ação preferencial com direito a voto emitida pela **Concessionária**, que assegura à **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, em nome e no lugar da União, o direito de vetar determinadas alterações do **Estatuto Social**, nos termos do parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme previsto nos **Requisitos do Estatuto Social** e no **Acordo de Acionistas**.
- (iii) **Acionista Privado:** sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade por ações pela **Adjudicatária**, de acordo com as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, para deter a participação da **Adjudicatária** na **Concessionária** e celebrar o **Acordo de Acionistas** com a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, na forma do **Edital** e do **Contrato**.
- (iv) **Ações:** as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da **Concessionária**.
- (v) **Acordo de Acionistas:** o acordo a ser celebrado entre o **Acionista Privado** e a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, na forma do anexo 10 do **Edital**, como condição para a celebração do **Contrato**, nos termos do qual serão disciplinadas determinadas questões relacionadas ao exercício do direito de voto e à circulação das **Ações**.
- (vi) **Adjudicatária:** a **Proponente** vencedora do **Leilão**, indicada no **Ato de Homologação**, assim entendida aquela que ofertar o maior **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** e que tiver qualificados seus **Documentos de Qualificação**, seu **Plano de Negócios** e seu **Projeto Funcional**, nos termos deste **Edital**.
- (vii) **Aeroportos:** referência coletiva ao Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado em Campinas (SP), ao Aeroporto Internacional de São Paulo - Governador André Franco Montoro, localizado em Guarulhos (SP) e ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Maestro Antonio Carlos Jobim, localizado no Rio de Janeiro (RJ).
- (viii) **Agentes Locais:** qualquer ente ou pessoa jurídica, constituído sob a legislação do Brasil e que tenha no país a sede de sua administração, que seja indicado pela **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**

para receber a **Transferência de Tecnologia**, conforme disposto no **Anexo 7**.

- (ix) **AGU:** Advocacia Geral da União.
- (x) **Anexo:** cada um dos documentos anexos ao **Contrato**.
- (xi) **ANTT:** Agência Nacional de Transportes Terrestres, autarquia em regime especial integrante da Administração Federal indireta, instituída pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com sede em Brasília, Distrito Federal, Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla, Polo 8, na qualidade de órgão regulador e fiscalizador da **Concessão** e representante do **Poder Concedente** no **Contrato** e no **Leilão**.
- (xii) **Áreas Comerciais:** áreas das **Estações** que não sejam **Áreas Funcionais** e que sejam disponibilizadas pelo **Poder Concedente** para fins de exploração comercial.
- (xiii) **Áreas Funcionais:** áreas das **Estações** destinadas ao atendimento das necessidades operacionais da **Concessionária** e, acessoriamente, à prestação de serviços de apoio aos **Usuários** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- (xiv) **Ato de Homologação:** Resolução expedida pela **ANTT**, que tem por objeto confirmar o resultado do **Leilão**.
- (xv) **Bens da Concessão:** significado definido na subcláusula 7.1.1 do **Contrato**.
- (xvi) **Bens Reversíveis:** **Bens da Concessão** indispensáveis à continuidade dos serviços relacionados à **Concessão**, identificados no **Anexo 5**, que serão revertidos ao **Poder Concedente** ao término do **Contrato**.
- (xvii) **BM&FBOVESPA:** Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, que assessorará a **Comissão de Avaliação** na condução da **Sessão Pública do Leilão**, na custódia da documentação do **Leilão** e na gestão das **Garantias das Propostas**.
- (xviii) **BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- (xix) **CCI:** Câmara de Comércio Internacional, organização internacional que mantém a Corte Internacional de Arbitragem.
- (xx) **Classe:** referência conjunta à **Classe Econômica** e à **Classe Executiva**.
- (xxi) **Classe Econômica:** nível de serviço padrão para o transporte de passageiros.

- (xxii) **Classe Executiva:** nível de serviço especial para o transporte de passageiros que propicie maior conforto e luxo ao passageiro em relação aos serviços da **Classe Econômica**.
- (xxiii) **Coligada:** a pessoa jurídica que detiver, em relação à outra, direta ou indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais de participação no capital votante, sem deter seu **Controle**.
- (xxiv) **Comissão de Avaliação:** comissão instituída pela **ANTT** que será responsável por examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos ao **Leilão**.
- (xxv) **Comissão Técnica:** comissão composta na forma estabelecida no **Contrato** para solucionar divergências técnicas e referentes ao **Pagamento pela Outorga** que surgirem durante a execução do **Contrato**.
- (xxvi) **Concessão:** outorga do **Serviço Ferroviário** na Estrada de Ferro EF-222, no trecho Rio de Janeiro - Campinas, incluindo a operação, manutenção e conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, precedida do fornecimento e montagem da proteção acústica, dos **Sistemas**, do material rodante e dos equipamentos de manutenção, nos termos, nos prazos e nas condições estabelecidos no **Edital**, no **Contrato** e em seus anexos.
- (xxvii) **Concessionária:** a **SPE** titular da **Concessão**.
- (xxviii) **Consórcio:** o grupo de **Proponentes** solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes do **Leilão** e vinculadas por termo de compromisso de constituição de consórcio ou instrumento de constituição de consórcio, conforme anexo 7 do **Edital**.
- (xxix) **Contrato:** o presente instrumento jurídico firmado entre o **Poder Concedente** e a **Concessionária** para outorga da **Concessão**.
- (xxx) **Contrato(s) de Financiamento:** contrato(s) celebrado(s) pela **Concessionária**, que têm por objeto a obtenção de recursos necessários à execução da **Concessão**, podendo incluir, entre outros, o **Financiamento com Recursos Públicos**.
- (xxxi) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia:** o(s) contrato(s) de transferência da **Tecnologia**, em qualquer uma de suas tipologias, firmado(s) entre a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** e a **Provedora de Tecnologia**, nos termos dos quais a **Provedora de Tecnologia** transferirá à **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, em caráter irrevogável e irretratável, a **Tecnologia**, de acordo com termos e condições contidos nos respectivos instrumentos, no **Contrato**, no **Edital**, no **Anexo 7** e na legislação aplicável.
- (xxxii) **Controlada:** qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo **Controle** é exercido por outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

- (xxxiii) **Controladora:** qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça **Controle** sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.
- (xxxiv) **Controle:** o poder, detido por pessoa jurídica, fundo de investimento ou grupo de pessoas jurídicas ou de fundos de investimentos vinculados por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (a) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica ou fundo de investimento, conforme o caso; e (b) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.
- (xxxv) **Cronograma de Contribuição de Capital da Concessionária:** cronograma mínimo de integralização das contribuições de capital do **Acionista Privado**, conforme eventos específicos constantes do **Anexo 8**.
- (xxxvi) **Cronograma Físico-Financeiro dos Investimentos:** demonstração temporal do fluxo de investimentos financeiros a serem realizados pela **Concessionária** com vistas à implantação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- (xxxvii) **Data de Assunção:** data da publicação do extrato do **Contrato** no **DOU**.
- (xxxviii) **Data para Recebimento dos Envelopes:** período entre as 9h e 14h do dia 13/08/2013, no qual deverão ser entregues pelas **Proponentes**, na **BM&FBOVSPA**, todos os documentos necessários à sua participação no **Leilão**.
- (xxxix) **Desapropriações:** o conjunto dos processos de expropriação de bens imóveis a serem conduzidos para a implementação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, nos termos do **Contrato**.
- (xl) **Detentora da Tecnologia:** pessoa(s) jurídica(s) titular(es) dos direitos de propriedade intelectual e do conhecimento necessários à **Transferência de Tecnologia** para a **Empresa de Planejamento e logística S.A.** e que fornecerá esses direitos e conhecimento, na forma do **Edital**, do **Contrato** e do **Anexo 7**.
- (xli) **DNIT:** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, autarquia vinculada ao **Ministério dos Transportes**.
- (xlii) **Documentos de Pré-Qualificação:** conjunto de documentos arrolados no anexo 6 do **Edital**, a ser obrigatoriamente apresentado pelas **Proponentes**, destinado a comprovar sua capacidade técnica de realizar o objeto da **Concessão**.
- (xliii) **Documentos de Qualificação:** conjunto de documentos arrolados no anexo 7 do **Edital**, a ser obrigatoriamente apresentado pelas

Proponentes, destinado a comprovar exclusivamente sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira.

- (xliv) **DOU:** Diário Oficial da União.
- (xliv) **Edital:** o Edital de Concessão nº 001/2012 e todos os seus anexos.
- (xlv) **Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL:** empresa pública federal criada pela União, conforme autorizado pela Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, vinculada ao **Ministério dos Transportes**, que tem por finalidade, entre outras, planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção de novas tecnologias.
- (xlvii) **Estações:** edificações destinadas à prestação dos **Serviços Ferroviários**, onde se realiza o embarque ou desembarque de passageiros do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, compreendendo as **Áreas Funcionais** e as **Áreas Comerciais**.
- (xlviii) **Estatuto Social:** o estatuto social da **SPE** a ser elaborado pela **Adjudicatária** e que deverá conter, necessariamente, os **Requisitos do Estatuto Social** constantes do anexo 9 do **Edital**.
- (xlix) **Fator X:** fator redutor aplicado ao reajuste da **Tarifa-Teto**, com vistas a permitir o compartilhamento com os **Usuários** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** dos ganhos de produtividade operacionais que se pretende que sejam obtidos pela **Concessionária**.
- (l) **Financiadores:** qualquer instituição financeira, banco de fomento nacional ou internacional ou entidade multilateral que venha a conceder, por qualquer forma legalmente admitida, empréstimos à **Concessionária** para financiar o cumprimento de suas obrigações, nos termos do **Contrato**.
- (li) **Financiador Público:** ente da administração pública ou instituição financeira pública federal que poderá disponibilizar o **Financiamento com Recursos Públicos**.
- (lii) **Financiamento com Recursos Públicos:** recursos públicos que poderão ser disponibilizados à **Concessionária**, a título de financiamento, nos termos e condições previstos no anexo 5 do **Edital** e obedecidas as condições e exigências feitas pelo **Financiador Público**.
- (liii) **Fluxo de Caixa Marginal:** projeção da variação no desempenho da conta caixa da **Concessionária**, medindo a influência de alterações das atividades de operações, investimentos e financiamentos decorrentes de um determinado evento sobre o comportamento do caixa da

Concessionária, nas hipóteses expressamente estabelecidas no **Contrato**.

- (liv) **Foco Tecnológico**: itens de sistemas de **TAV** relacionados ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas** considerados prioritários, cuja **Tecnologia** deverá ser necessariamente transferida para a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** ou para **Agentes Locais**, e que abrange, na forma do **Anexo 7**, os seguintes itens e seus subitens: (a) material rodante; (b) sistemas de eletrificação; e (c) sistema de sinalização e controle.
- (lv) **Garantia da Proposta**: a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas **Proponentes** ao **Poder Concedente**, nos termos do **Edital**.
- (lvi) **Garantia de Execução do Contrato**: a garantia que a **Concessionária** deverá manter em favor da **ANTT** do fiel cumprimento das obrigações contratuais, legais e regulamentares, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 32 do **Contrato**.
- (lvii) **Infraestrutura**: compreende a infraestrutura ferroviária (incluindo terraplenagem, obras de arte especiais, drenagem e cercas), superestrutura ferroviária (via permanente), **Estações**, edificações e pátios.
- (lviii) **IPCA**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, devendo ser substituído por outro que venha a ser criado em seu lugar na hipótese de sua extinção.
- (lix) **IRT**: índice de reajustamento para atualização monetária do valor da **Tarifa-Teto** e de outras variáveis definidas no **Contrato**, calculado com base na variação do **IPCA** entre dezembro de 2008 e a data-base do reajuste, conforme a seguinte fórmula: $IRT = IPCA_i / IPCA_o$ (onde: $IPCA_o$ significa o número-índice do **IPCA** do mês de dezembro de 2008, e $IPCA_i$ significa o último número-índice do **IPCA** disponível anterior à data-base do reajuste).
- (lx) **Leilão**: o procedimento realizado para a desestatização e outorga da **Concessão**.
- (lxi) **Manual de Procedimentos do Leilão**: documento produzido e divulgado pela **BM&FBOVESPA** na sua página da Internet e constante do anexo 11 do **Edital**, devidamente aprovado pela **Comissão de Avaliação**, e que descreve todos os procedimentos operacionais inerentes ao **Leilão**, incluindo o acesso de participantes, regras para depósito de garantias financeiras e participação na **Sessão Pública de Leilão**.
- (lxii) **Metodologia de Execução**: diretrizes constantes no Apêndice C do **PEF** que, conjuntamente com os parâmetros técnicos do Apêndice A do **PEF**,

deverão ser observadas para a elaboração do **Projeto Funcional** a ser apresentado pelas **Proponentes**.

- (lxiii) **Ministério dos Transportes:** órgão público federal da administração direta responsável pela política nacional de transporte ferroviário interestadual e internacional de passageiros, entre outras atribuições.
- (lxiv) **Normas de Segurança:** o conjunto de procedimentos operacionais e de segurança do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** destinados a atender, no mínimo, as exigências do Apêndice A do **PEF** e as condições estabelecidas no **PEF** para a garantia da segurança do **Serviço Ferroviário**.
- (lxv) **Operação Comercial:** a etapa na qual a **Concessionária** estará apta a realizar as operações regulares de **Trecho Operacional** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e cobrar **Tarifa dos Usuários**, e que poderá ser iniciada após o término do **Período de Testes**, mediante autorização da **ANTT**.
- (lxvi) **Pagamento pela Outorga:** pagamento trimestral da **Concessionária** à **ANTT**, como contrapartida pelo direito de exploração da **Concessão**.
- (lxvii) **Parâmetros de Desempenho:** indicadores estabelecidos no **PEF**, que expressam as condições mínimas de qualidade e desempenho do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** que devem ser mantidas durante toda a **Concessão**.
- (lxviii) **Parte:** a **ANTT** ou a **Concessionária** quando referidas individualmente.
- (lxix) **Partes:** **ANTT** e **Concessionária** quando referidas em conjunto.
- (lxx) **PEF:** Programa de Exploração Ferroviária constante do **Anexo 1**, que abrange todas as condições, metas, critérios, requisitos, intervenções e especificações mínimas que orientam a formulação do **Projeto Funcional** e determinam as obrigações da **Concessionária**, englobando, dentre outras coisas, (a) os elementos básicos das obras e serviços requeridos para outorga da exploração do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como os parâmetros técnicos obrigatórios, conforme constante no Apêndice A; (b) os **Parâmetros de Desempenho** e as especificações técnicas mínimas a serem observadas pela **Proponente** na elaboração de sua proposta e que serão de cumprimento obrigatório pela **Concessionária**, conforme constante no Apêndice B; e (c) a **Metodologia de Execução**, diretrizes a serem seguidas para a elaboração do **Projeto Funcional**, conforme constante no Apêndice C.
- (lxxi) **Período de Testes:** o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a conclusão dos **Trabalhos** em cada **Trecho Operacional**, durante o qual a **Concessionária** conduzirá os testes de conclusão e adequação do referido **Trecho Operacional** e que será encerrado após a realização de teste final e aprovação da **ANTT**.

- (lxxii) **Plano de Negócios:** documento que registra o plano econômico-financeiro, considerando o **Projeto Funcional**, proposto pela **Proponente**, que deve ser apresentado em conformidade com o anexo 4 do **Edital**, e cuja finalidade é demonstrar a exequibilidade econômico-financeira de sua **Proposta Econômica**.
- (lxxiii) **Poder Concedente:** a União, representada na **Concessão** pela **ANTT** ou por outros órgãos da Administração Pública, conforme a distribuição legal de competências.
- (lxxiv) **Postulada:** a **Parte** que receber notificação da outra **Parte** solicitando o início do processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.
- (lxxv) **Postulante:** a **Parte** que provocar o início do processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.
- (lxxvi) **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia:** programa a ser desenvolvido em conjunto pela **Concessionária** e **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, de acordo com o **Termo de Referência do Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia** constante do **Projeto Funcional** e das diretrizes mínimas contidas no **Anexo 7**.
- (lxxvii) **Projeto Executivo:** o projeto final de engenharia do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, que contém o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa das obras e dos serviços do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e que será elaborado pelo **Poder Concedente**, considerando o **Projeto Funcional** da **Adjudicatária**.
- (lxxviii) **Projeto Funcional:** documento a ser entregue pelas **Proponentes**, conforme as diretrizes da **Metodologia de Execução** constantes do Apêndice C do **PEF** e os parâmetros técnicos de referência constantes do Apêndice A do **PEF**, contendo a metodologia de execução proposta para a implementação do objeto da **Concessão**, o **Cronograma Físico-Financeiro dos Investimentos** e o **Termo de Referência do Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia** e que, no caso da **Adjudicatária**, integrará o **Contrato**.
- (lxxix) **Proponente:** qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento participante do **Leilão**, individualmente ou em **Consórcio**.
- (lxxx) **Proposta Econômica:** o documento, em meio impresso, que apresenta o **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** oferecido pela **Proponente**.
- (lxxxix) **Provedora de Tecnologia:** a **Adjudicatária**, quando se tratar de **Proponente** individual, ou o(s) membro(s) do **Consórcio** da **Adjudicatária** que for(em) designado(s) como tal no termo de compromisso de constituição de consórcio ou instrumento de constituição do consórcio, que será(ão) responsável(is) pelo provimento da **Tecnologia**.

- (lxxxii) **Receitas Extraordinárias:** quaisquer receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, decorrentes da exploração do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** caracterizadas por fontes que não sejam provenientes da cobrança de **Tarifas**, de aplicações financeiras da **Concessionária** ou do ressarcimento devido pelo direito de passagem.
- (lxxxiii) **Reinvestimentos:** são os recursos financeiros aplicados na reposição de ativos cuja vida-útil chegou ao fim.
- (lxxxiv) **Representantes Credenciados:** pessoas autorizadas a representar as **Proponentes** em todos os atos relacionados ao **Leilão**.
- (lxxxv) **Requisitos do Estatuto Social:** conjunto de disposições constantes do anexo 9 do **Edital** que deverão ser previstas no **Estatuto Social** da **SPE** como condição para celebração do **Contrato**.
- (lxxxvi) **Segmento de Trecho Operacional:** subtrecho de **Trecho Operacional** que poderá ser estabelecido no **Projeto Executivo**, por conveniência de construção, para futura cessão à **Concessionária**.
- (lxxxvii) **Serviço Ferroviário:** o serviço público de transporte ferroviário de passageiros a ser prestado no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, com remuneração pela **Tarifa**, na forma e nos termos do **Edital**, **Contrato** e seus anexos.
- (lxxxviii) **Serviço Ferroviário com Tarifa-Teto:** os **Serviços Ferroviários** prestados a **Usuário** que viajar na **Classe Econômica** do Município do Rio de Janeiro ao Município de São Paulo, ou vice-versa, com ou sem paradas em **Estações** intermediárias, e que terão como remuneração máxima a **Tarifa-Teto**.
- (lxxxix) **Serviço Ferroviário Expresso:** o **Serviço Ferroviário** executado de forma direta, sem paradas em **Estações** intermediárias, conforme definido no **PEF**.
- (xc) **Sessão Pública do Leilão:** sessão pública para abertura do envelope da **Proposta Econômica** entregue pelas **Proponentes** e apresentação do resultado da classificação das **Propostas Econômicas**.
- (xci) **Sistema de Gestão de Segurança:** sistema a ser desenvolvido pela **Concessionária** com vistas a garantir a segurança do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, na forma da subcláusula 19.2 do **Contrato** e em atendimento ao **PEF**.
- (xcii) **Sistemas:** compreendem, entre outros, os sistemas de eletrificação, telecomunicação, sinalização e controle de trens, detecção e alarme de incêndio, climatização, informações aos passageiros, detecção de roda quente e bilhetagem.
- (xciii) **SPE:** sociedade de propósito específico a ser constituída pela **Adjudicatária** sob a forma de sociedade por ações e integrada com

participação majoritária do **Acionista Privado** e minoritária da **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, cujos documentos constitutivos deverão contemplar os **Requisitos do Estatuto Social** e que celebrará o **Contrato** com o **Poder Concedente**.

- (xciv) **Subcontratada Principal:** entidade que comprove a pré-qualificação referida no item 10.2 do **Edital** em nome da **Adjudicatária**, e que deverá permanecer vinculada à **Concessão** pelos períodos mínimos previstos no **Edital** e **Contrato**.
- (xcv) **Tarifa:** valor a ser pago pelos **Usuários** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** pela fruição dos **Serviços Ferroviários**, que será definido pela **Concessionária** a partir dos seus custos e estratégia comercial e que, no caso dos **Serviços Ferroviários com Tarifa-Teto**, estará sempre limitado pela **Tarifa-Teto**.
- (xcvi) **Tarifa Promocional:** **Tarifa** diferenciada em relação à normalmente praticada, em função, por exemplo, dos custos específicos de operação, da ocupação dos carros ou do momento de aquisição do bilhete.
- (xcvii) **Tarifa-Teto:** valor máximo por quilômetro a ser cobrado dos **Usuários** finais do **Serviço Ferroviário com Tarifa-Teto**, correspondente ao valor máximo de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos de real) por quilômetro percorrido.
- (xcviii) **TAV:** trem de alta velocidade, assim entendido como a composição utilizada para efetuar a prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros que consiga atingir velocidade igual ou superior a 250 km/h (duzentos e cinquenta quilômetros por hora).
- (xcix) **TAV Rio de Janeiro - Campinas:** sistema público de transporte ferroviário de passageiros por **TAV** a ser desenvolvido na Estrada de Ferro EF-222, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e Campinas, no Estado de São Paulo, composto pela **Infraestrutura**, proteção acústica, **Sistemas**, material rodante e equipamentos de manutenção que sejam necessários à plena prestação do serviço de transporte por meio de **TAV**, conforme termos e condições do **Edital**, do **Contrato** e demais **Anexos**, especialmente (a) a exigência dos trens serem projetados para alcançar velocidade igual ou superior a 300 km/h (trezentos quilômetros por hora) nos **Serviços Ferroviários Expressos** entre as **Estações** em Barão de Mauá (Município do Rio de Janeiro) e em Campo de Marte (Município de São Paulo), e velocidade igual ou superior a 250 km/h (duzentos e cinquenta quilômetros por hora) nos demais **Serviços Ferroviários**; e (b) a exigência da infraestrutura ferroviária ser projetada para uma velocidade igual ou superior a 350 km/h (trezentos e cinquenta quilômetros por hora).
- (c) **Tecnologia:** os conhecimentos técnicos e científicos necessários ao projeto, à construção, à operação, à manutenção e à conservação de

sistemas de **TAV** em condições operacionais compatíveis com as do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

- (ci) **Termo de Referência do Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia:** documento constante do **Projeto Funcional** apresentado pela **Proponente**, a ser elaborado em conformidade com as condicionantes mínimas do **Anexo 7**, que contém os principais elementos que serão previstos no **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia**.
- (cii) **TJLP:** Taxa de Juros de Longo Prazo, prevista na Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.
- (ciii) **Trabalhos:** compreendem a mobilização, a construção, a execução de serviços de engenharia e de apoio, o fornecimento e o comissionamento dos equipamentos, material rodante e materiais indispensáveis, abrangendo montagens eletromecânicas e demais instalações civis, mecânicas, elétricas, eletromecânicas, eletrotécnicas e eletrônicas, com vistas à implantação da proteção acústica, dos **Sistemas**, do material rodante e dos equipamentos de manutenção, conforme estabelecido no **Projeto Funcional**, no **Projeto Executivo** e no **PEF**.
- (civ) **Traçado Definitivo:** o traçado final do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** estabelecido no **Projeto Executivo**, elaborado a partir do **Projeto Funcional** e do **PEF**.
- (cv) **Traçado Referencial:** o traçado do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, elaborado e disponibilizado pelo **Poder Concedente** no **Anexo 2**.
- (cvi) **Transferência de Tecnologia:** compreende todos os meios de transmissão de conhecimento e de técnicas, incluindo, mas não se limitando, ao conjunto de informações e dados técnicos, de fórmulas, de programas de computador, de especificações e de outros elementos análogos, bem como o licenciamento de todos os direitos de propriedade intelectual e autoral a eles relacionados, notadamente o direito de uso, exploração e comercialização e, finalmente, o fornecimento da **Tecnologia** não amparada por direitos de propriedade intelectual, que sejam relacionados a produtos ou serviços compreendidos no **Foco Tecnológico** relativo a sistemas de **TAV** em condições operacionais compatíveis com as do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, incluindo projeto, fabricação, implantação, manutenção e controle de qualidade, nos termos previstos no **Contrato** e no **Anexo 7**.
- (cvii) **Trecho Operacional:** parcela do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** que necessariamente começa e termina em **Estações**, conforme estabelecido no **Projeto Executivo**.
- (cviii) **Trem-Referência:** composição com comprimento igual a 200 (duzentos) metros.

- (cix) **Trem.KmEquivalente**: unidade considerada para cálculo do **Pagamento pela Outorga**, correspondente à circulação de uma composição com comprimento igual ao **Trem-Referência**, ao longo de um quilômetro.
- (cx) **URT**: unidade de referência para fins de aplicação de sanções pecuniárias correspondente a 1.000 (mil) vezes o valor da **Tarifa-Teto** vigente na data do recolhimento da multa aplicada, nos termos deste **Contrato** ou em virtude da legislação e das normas aplicáveis.
- (cxi) **Usuário**: todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras dos serviços prestados pela **Concessionária** ou por terceiros por ela indicados ou usufruam dos serviços do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- (cxii) **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga**: valor ofertado pela **Adjudicatária** em sua **Proposta Econômica**, em Reais por **Trem.KmEquivalente**, que será utilizado para o cálculo do **Pagamento pela Outorga**, correspondente a R\$ [•] ([•] reais) por **Trem.KmEquivalente**.
- ~~(cxiii) C do PEF, nos termos do mesmo Apêndice.~~

2 Interpretação

- 2.1 No caso de divergência entre o **Contrato** e os **Anexos**, prevalecerá o disposto no **Contrato**.
- 2.2 No caso de divergência entre os **Anexos**, prevalecerão aqueles **Anexos** elaborados pelo **Poder Concedente**.
- 2.3 No caso de divergência entre os **Anexos** elaborados pelo **Poder Concedente**, prevalecerá aquele de data mais recente.

3 Anexos

- 3.1 Integram o **Contrato**, para todos os efeitos legais e contratuais, independentemente de transcrição, os **Anexos** e respectivos Apêndices relacionados nesta Cláusula:
- (i) Anexo 1: Programa de Exploração Ferroviária (PEF);
 - Apêndice A: Parâmetros Técnicos de Referência;
 - Apêndice B: Parâmetros de Desempenho;
 - Apêndice C: Projeto Funcional apresentado pela Adjudicatária;
 - (ii) Anexo 2: Traçado Referencial;

- (iii) Anexo 3: Diretrizes Socioambientais Mínimas Adotadas na Elaboração do Traçado Referencial;
 - (iv) Anexo 4: Condições mínimas para o Seguro-Garantia e a Fiança Bancária;
 - (v) Anexo 5: Rol de Bens Públicos cedidos ou arrendados à Concessionária para a Prestação dos Serviços Ferroviários;
 - (vi) Anexo 6: Composição Societária e Atos Constitutivos da Concessionária;
 - (vii) Anexo 7: Condicionantes Mínimas para a Transferência de Tecnologia;
 - (viii) Anexo 8: Cronograma de Contribuição de Capital da Concessionária;
 - (ix) Anexo 9: Edital de Concessão nº 001/2012.
- 3.1.1** O Apêndice C do **Anexo 1** e os **Anexos 6** e **8** serão anexados ao **Contrato** na data de sua assinatura e passarão a integrá-lo para todos os efeitos legais e contratuais.
- 3.1.2** O **Anexo 5** será anexado ao **Contrato** após a conclusão da confecção do Rol de Bens Públicos, elaborado de comum acordo entre a **ANTT** e a **Concessionária**.

Capítulo II - Características do Contrato

4 Objeto do Contrato

- 4.1** O objeto do presente **Contrato** é a concessão do **Serviço Ferroviário** na Estrada de Ferro EF-222, no trecho Rio de Janeiro - Campinas, incluindo a operação, manutenção e conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, precedida do fornecimento e montagem da proteção acústica, dos **Sistemas**, do material rodante e dos equipamentos de manutenção ("**Concessão**"), no prazo e nas condições estabelecidos no presente instrumento e em seus **Anexos**.
- 4.2** O objeto do **Contrato** compreende, sem limitação, as seguintes atividades, conforme disposto neste **Contrato** e nos **Anexos**:
- (i) fornecimento e montagem da proteção acústica, dos **Sistemas**, do material rodante e dos equipamentos de manutenção;
 - (ii) execução dos **Trabalhos**, conforme previsto neste **Contrato** e **Anexos**;
 - (iii) comissionamento e certificação dos **Sistemas** e material rodante;
 - (iv) operação, manutenção e conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;

- (v) **Transferência de Tecnologia**, de acordo com as condições mínimas estabelecidas no **Anexo 7**, no **Termo de Referência do Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia** constante do **Projeto Funcional** e no **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia**;
- (vi) prestação dos **Serviços Ferroviários**, com o nível de serviço adequado, de acordo com os **Parâmetros de Desempenho** estabelecidos no **PEF**;
- (vii) realização dos **Reinvestimentos na Infraestrutura**, proteção acústica, **Sistemas**, material rodante e equipamentos de manutenção;
- (viii) exploração das **Áreas Funcionais**, nos termos da Cláusula 12;
- (ix) execução das atividades e obras relacionadas à proteção acústica do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**; e
- (x) projeto, implantação e operação dos dispositivos de controle ambiental (tais como Estações de Tratamento de Esgotos em instalações industriais; barreiras acústicas; massa-mola para controle de vibrações; vedação da faixa; controle de acesso à faixa) relativos à proteção acústica, **Sistemas**, material rodante, equipamentos de manutenção, instalações auxiliares e operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

4.2.1 Para a prestação dos **Serviços Ferroviários**, será assegurado à **Concessionária** o direito de uso da **Infraestrutura**, nos termos e condições previstos neste **Contrato**.

5 Valor do Contrato e Remuneração

5.1 Valor do Contrato

5.1.1 O valor do **Contrato** é de R\$ 244.199.171.181,00 (duzentos e quarenta e quatro bilhões, cento e noventa e nove milhões, cento e setenta e um mil e cento e oitenta e um reais), tendo como referência a data de sua celebração, que corresponde ao somatório das receitas totais projetadas provenientes da exploração da **Concessão**, a preços constantes.

5.1.2 O valor contemplado na subcláusula 5.1.1 acima tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das **Partes** para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

5.2 Remuneração

5.2.1 A **Concessionária** será remunerada mediante:

- (i) cobrança da **Tarifa**; e
- (ii) outras fontes de receitas, nos termos deste **Contrato**.

5.2.2 A principal fonte de receita da **Concessionária** advirá do recebimento da **Tarifa**, sendo, no entanto, facultado à **Concessionária** explorar atividades que gerem **Receitas Extraordinárias**, nos termos estabelecidos neste **Contrato** e na regulamentação da **ANTT**.

6 Prazos

- 6.1** O presente **Contrato** vigorará e vinculará as **Partes** e o **Interveniente-Anuente** a partir de sua assinatura.
- 6.2** O prazo para a operação, a manutenção e a conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** é de 40 (quarenta) anos, contados a partir do início da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 6.3** O **Contrato** terá vigência e eficácia pelo prazo necessário à execução das atividades acima referidas, admitindo-se a sua extensão nas hipóteses nele previstas.

7 Bens da Concessão

7.1 Composição

7.1.1 Integram a **Concessão** os seguintes bens ("**Bens da Concessão**"), cuja posse, guarda, manutenção e vigilância são de responsabilidade da **Concessionária**:

- (i) todos os bens e componentes relacionados à proteção acústica, **Sistemas**, material rodante e equipamentos de manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- (ii) todos os bens vinculados à operação e manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e transferidos à **Concessionária**, conforme arrolados no **Anexo 5**, que sejam indispensáveis ou necessários à prestação dos **Serviços Ferroviários**;
- (iii) os bens adquiridos pela **Concessionária**, ao longo da **Concessão**, que sejam utilizados na operação e manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**; e
- (iv) os direitos sobre bens de terceiros necessários para a prestação dos **Serviços Ferroviários**, móveis ou imóveis, que sejam objeto de arrendamento, locação ou qualquer outro negócio jurídico, os quais deverão conter cláusula de sub-rogação automática e obrigatória de todos os direitos em favor da União caso a presente **Concessão** seja extinta por qualquer motivo ou fundamento.

- 7.2** A **Concessionária** declara que tem conhecimento da natureza e das condições dos **Bens da Concessão** que lhe serão transferidos pela União na **Data de Assunção**, bem como daqueles que serão adquiridos pela **Concessionária** ao longo da **Concessão** e que estarão sujeitos a todos os termos e condições deste **Contrato**.
- 7.2.1** Durante a confecção do **Anexo 5 – Rol de Bens Públicos**, nos termos da cláusula 3.1.2, deverá ser assegurado à **Concessionária** a possibilidade de realização de vistoria prévia nos **Bens da Concessão** que lhe serão transferidos, para que possa ter conhecimento sobre suas condições.
- 7.2.2** A cessão de **Infraestrutura** observará o disposto na subcláusula 11.7 e seguintes.
- 7.3** Todos os **Bens da Concessão** deverão ser conservados e mantidos em plenas condições de uso pela **Concessionária** ao longo de toda a **Concessão** e quando de sua eventual reversão ao **Poder Concedente**, observadas as normas constantes deste **Contrato** e de seus **Anexos**.
- 7.4** A **Concessionária** não poderá alienar ou transferir a posse dos **Bens da Concessão** mencionados na subcláusula 7.1.1 acima sem a prévia e expressa autorização da **ANTT**.
- 7.5** Todos os **Bens da Concessão** ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente amortizados e depreciados pela **Concessionária** durante a **Concessão**, de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do termo contratual.
- 7.5.1** Excepcionalmente, admitir-se-á a realização de investimentos ou a aquisição de **Bens da Concessão** cuja amortização ou depreciação não possa ser efetuada durante a **Concessão**, mediante prévia comunicação e anuência do **Poder Concedente**, admitindo-se, nessa hipótese, a correspondente indenização da **Concessionária** no advento do termo contratual.

Capítulo III - Obrigações das Partes

8 Traçado Definitivo e Desapropriações

- 8.1** O **Projeto Executivo** conterá o **Traçado Definitivo**, cuja elaboração considerará o **Projeto Funcional**, bem como os dados e elementos constantes deste **Contrato** e seus **Anexos**.
- 8.2** Caberá ao **Poder Concedente**, diretamente ou por meio de entidade a ele vinculada, promover as **Desapropriações**, servidões administrativas, propor

limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à **Concessão**, promovendo todos os atos executórios e arcando com os custos e pagamentos necessários às **Desapropriações**.

8.3 O **Poder Concedente** será ainda responsável, diretamente ou por meio de entidade a ele vinculada, pelas ações socioambientais relacionadas à implantação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e pelos custos delas decorrentes.

8.3.1 Incluem-se entre as ações socioambientais de responsabilidade do **Poder Concedente** aquelas relacionadas ao Plano Básico Ambiental referentes à implantação da **Infraestrutura**, abrangendo reassentamento de população, interação e comunicação social, reurbanização e construção de travessias de áreas urbanas atravessadas, relocação de estradas e recomposição da rede viária afetada, controle ambiental das obras de **Infraestrutura**, recuperação de áreas degradadas, plantios de reposição florestal, compensação ambiental, proteção do patrimônio, inserção urbana da linha e das **Estações**, e outras condicionantes advindas da obtenção da Licença Ambiental Prévia e das Licenças Ambientais de Instalação.

8.3.2 Excetua-se do previsto nesta subcláusula 8.3 as ações relacionadas à implantação da proteção acústica do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, cuja responsabilidade caberá à **Concessionária**.

8.4 A demora na condução dos procedimentos expropriatórios por parte do **Poder Concedente** não acarretará a responsabilização da **Concessionária**, a menos que, comprovadamente, tal atraso seja decorrente de sua conduta.

9 Projeto Executivo

9.1 Caberá ao **Poder Concedente** responsabilizar-se pela elaboração do **Projeto Executivo**, baseando-se nos dados e elementos constantes do **Contrato**, dos **Anexos** e do **Projeto Funcional**.

9.1.1 O **Projeto Executivo** indicará:

- (i) o(s) **Trecho(s) Operacional(is)** e eventualmente o(s) **Segmento(s) de Trecho Operacional** que comporão o **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- (ii) o cronograma de execução e cessão da **Infraestrutura** de cada **Trecho Operacional**, bem como seu eventual prazo de tolerância, e de **Segmento de Trecho Operacional**, caso haja; e
- (iii) o prazo para término da execução dos **Trabalhos** e início da **Operação Comercial** pela **Concessionária**, para cada **Trecho Operacional**.

9.1.2 Na elaboração do **Projeto Executivo**, o **Poder Concedente** deverá considerar no planejamento condições específicas de forma a permitir a **Concessionária** a realização dos **Trabalhos** simultaneamente e de acordo com a realização das obras de **Infraestrutura**, mesmo que os **Trechos Operacionais** e/ou **Segmentos de Trechos Operacionais** encontrem-se pendentes de conclusão.

9.1.3 Na elaboração do **Projeto Executivo**, o **Poder Concedente** deverá considerar a disponibilização, em até 18 (dezoito) meses antes da data prevista no item 2.1.3. (a) do Apêndice C do **Anexo 1** de:

- (i) pátio principal de manutenção,
- (ii) pelo menos 50 (cinquenta) quilômetros de **Infraestrutura** em condições para o início dos **Trabalhos** e ligados ao pátio principal de manutenção, e
- (iii) ligação de uma subestação à rede de alta tensão, para a realização de testes do **Material Rodante**.

9.2 Na elaboração do **Projeto Executivo**, o **Poder Concedente** considerará o **Projeto Funcional**, incluindo as diretrizes técnicas indicadas pela **Concessionária**.

9.2.1 Em caso de posterior constatação de inadequação técnica das diretrizes do **Projeto Funcional**, ou da verificação de alternativa que ofereça vantagens técnicas ou econômicas, o **Poder Concedente** poderá substituir a solução, responsabilizando-se pelos efeitos gerados por tal substituição.

9.2.2 No caso da substituição de que trata a subcláusula 9.2.1 acima, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 9.6.

9.2.3 O **Poder Concedente** deverá considerar a data marco para a conclusão e entrega à **Concessionária** da **Infraestrutura** concernente à integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** prevista na subcláusula 11.1.1.

9.2.4 No caso de alteração da data prevista na subcláusula 9.2.3 acima, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 9.6.

9.3 Durante a elaboração do **Projeto Executivo**, a **Concessionária** deverá prestar todas as informações e esclarecer todas as dúvidas dirigidas pelo **Poder Concedente** e por terceiro responsável pela sua elaboração, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

9.3.1 Os esclarecimentos solicitados pelo **Poder Concedente** à **Concessionária** não alterarão, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista no **Contrato**.

9.4 Até a conclusão do **Projeto Executivo**, a **Concessionária** poderá, fundamentadamente e desde que observados os parâmetros mínimos

estabelecidos no **PEF**, submeter ao **Poder Concedente** alterações no **Projeto Funcional**.

9.5 Quando da conclusão do **Projeto Executivo**, a **Concessionária** elaborará, em até 90 (noventa) dias da entrega de cópia do **Projeto Executivo** pelo **Poder Concedente**, relatório referente aos impactos no equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** que advirão das soluções técnicas e demais condições constantes do **Projeto Executivo** para a execução dos **Trabalhos**, bem como sobre eventuais desconformidades em relação ao **Projeto Funcional** ou outras falhas e defeitos que vier a identificar.

9.5.1 A manifestação de que trata a subcláusula 9.5 acima não alterará alocação de riscos prevista na Cláusula 28, notadamente em relação ao risco de projeto.

9.5.2 A **Concessionária** poderá requerer, justificadamente, prorrogação do prazo estabelecido na subcláusula 9.5 para sua manifestação, por até igual período.

9.6 Após a entrega do relatório de que trata a subcláusula 9.5, **Poder Concedente** e **Concessionária** poderão proceder consensualmente às alterações contratuais cabíveis com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** ou iniciar procedimento formal de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto na subcláusula 29.7.

9.6.1 A **Concessionária** poderá, ainda, requerer a extinção do **Contrato**, caso entenda que os impactos decorrentes do **Projeto Executivo** ensejam onerosidade excessiva para a execução do **Contrato**, conforme procedimento constante na subcláusula 40.3.

9.7 Tanto para a elaboração do relatório de que trata a subcláusula 9.5, como para a estimativa do impacto para eventual recomposição, conforme subcláusula 9.6, **Poder Concedente** e **Concessionária** considerarão, dentre outros elementos e parâmetros disponíveis, o **Projeto Funcional** e o **Plano de Negócios**.

9.7.1 Deverá ser ainda considerado que o **Projeto Funcional** e o **Plano de Negócios** foram elaborados segundo as seguintes premissas constantes do **Edital**:

- (i) o prazo de 01 de janeiro de 2019, para a conclusão e entrega à **Concessionária** da **Infraestrutura** concernente à integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, na forma da subcláusula 11.1.1;
- (ii) a previsão de um único início de **Operação Comercial** para a integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, sem faseamento por **Trecho Operacional** na data de 30 de junho de 2020.

9.8 Na execução dos **Trabalhos** e na prestação dos **Serviços Ferroviários**, a **Concessionária** deverá observar o **Projeto Executivo**, bem como o **Projeto Funcional** e o **PEF**, naquilo que não conflitarem com o **Projeto Executivo**.

10 Licenças Ambientais e Autorizações Governamentais

10.1 O Poder Concedente deverá:

- (i) obter a Licença Ambiental Prévia do empreendimento **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- (ii) obter as Licenças Ambientais de Instalação e todas as demais licenças, permissões, autorizações, manifestações e outorgas relativas ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, excetuadas aquelas relativas a sua operação, relacionadas na subcláusula 10.2.(i);
- (iii) cumprir todas as providências exigidas pelos órgãos competentes para a concessão das licenças, permissões e autorizações que estejam relacionadas à implantação da **Infraestrutura** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, arcando com as despesas e custos correspondentes.

10.2 A Concessionária deverá:

- (i) obter as Licenças Ambientais de Operação e todas as demais licenças, permissões, autorizações, manifestações e outorgas necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da **Concessão**, excetuadas as licenças ambientais e demais autorizações de responsabilidade do **Poder Concedente**, conforme subcláusula 10.1, cabendo ao **Poder Concedente** disponibilizar todos os documentos e as informações relacionados à **Infraestrutura** e ao **Projeto Executivo** que sejam necessários para esses requerimentos;
- (ii) cumprir todas as condicionantes e providências exigidas pelos órgãos competentes para a concessão das licenças, permissões e autorizações que estejam relacionadas à implantação da proteção acústica, **Sistemas**, material rodante e equipamentos de manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e às atividades objeto da **Concessão**, arcando com as despesas e custos correspondentes.

10.3 Especificamente em relação às linhas de transmissão e de distribuição, bem como às subestações de rebaixamento/elevação de energia, a responsabilidade pela obtenção das licenças ambientais deverá observar o disposto na subcláusula 14.8.

10.4 A demora na obtenção das licenças, permissões e autorizações relacionadas ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas** não acarretará responsabilização da **Concessionária**, desde que, comprovadamente, tal atraso não tenha sido por ela causado.

11 Infraestrutura

11.1 O **Poder Concedente** cederá à **Concessionária** a **Infraestrutura** em condições técnicas adequadas para a realização dos **Trabalhos** e para a futura operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, conforme estabelecido no **Projeto Executivo**.

11.1.1 A **Infraestrutura** concernente à integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** deverá ser concluída e cedida pelo **Poder Concedente** à **Concessionária** até a data de 01 de janeiro de 2019, prazo que admitirá a tolerância de até 12 (doze) meses para mais ou para menos.

11.2 A **Infraestrutura** concernente ao(s) **Trecho(s) Operacional(is)** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** deverá ser concluída e cedida pelo **Poder Concedente** à **Concessionária** nos prazos estabelecidos pelo **Projeto Executivo**, conforme a subcláusula 9.1.

11.2.1 O **Poder Concedente** notificará a **Concessionária**, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, da conclusão e possível cessão de **Trecho Operacional** ou **Segmento de Trecho Operacional**.

11.2.2 A partir da notificação de que trata a subcláusula 11.2.1, a **Concessionária** poderá fazer as vistorias e os estudos que considerar necessários previamente à cessão e recebimento da **Infraestrutura**, com vistas a viabilizar a manifestação da **Concessionária** prevista na subcláusula 11.8.

11.2.3 No caso de conclusão de **Trecho Operacional** em conformidade com o cronograma previsto no **Projeto Executivo**, a **Concessionária** deverá celebrar o Termo de Cessão, conforme previsto na subcláusula 11.7, ressalvada a hipótese prevista na subcláusula 11.8.2.

11.3 Caso o **Poder Concedente** conclua qualquer **Trecho Operacional** antes do cronograma previsto no **Projeto Executivo**, a **Concessionária** poderá escolher entre:

- (i) aceitar a cessão do referido **Trecho Operacional**, mediante celebração de Termo de Cessão, conforme previsto na subcláusula 11.7, adiantando o início dos **Trabalhos**; ou
- (ii) aguardar a cessão do **Trecho Operacional** no prazo definido no **Projeto Executivo**.

11.3.1 Em qualquer das hipóteses previstas nesta subcláusula 11.3, será mantido o prazo máximo para o início da **Operação Comercial** do referido **Trecho Operacional**, conforme estabelecido no **Projeto Executivo**.

11.4 Em caso de eventual atraso na cessão da **Infraestrutura** concernente a **Trecho Operacional**, considerado o prazo previsto no **Projeto Executivo**, a **Concessionária** fará jus à extensão proporcional do prazo para início da

Operação Comercial do referido **Trecho Operacional**, conforme previsto no **Projeto Executivo**, além de eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** e repactuação dos prazos subsequentes, caso o atraso tenha originado prejuízos econômicos comprovados ou repercussões nos demais prazos do **Projeto Executivo**, respectivamente.

11.5 Em caso de conclusão da **Infraestrutura** concernente a **Segmento(s) de Trecho Operacional**, observado ou não o cronograma previsto no **Projeto Executivo**, caberá à **Concessionária**, após notificação de que trata a subcláusula 11.2.1, escolher entre:

- (i) receber a cessão do **Segmento de Trecho Operacional**, mediante a celebração de Termo de Cessão, conforme previsto na subcláusula 11.7, adiantando o início dos **Trabalhos**; ou
- (ii) esperar a cessão do **Trecho Operacional**.

11.5.1 A **Concessionária** deverá se manifestar quanto à escolha prevista nesta subcláusula 11.5 no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da notificação de que trata a subcláusula 11.2.1.

11.5.2 Em qualquer das hipóteses previstas nesta subcláusula 11.5, será mantido o prazo máximo para o início da **Operação Comercial** do **Trecho Operacional**, conforme estabelecido no **Projeto Executivo**.

11.5.3 Eventuais atrasos no cronograma de entrega de **Segmento(s) de Trecho Operacional**, conforme estabelecido no **Projeto Executivo**, não ensejarão direito à **Concessionária** de solicitar a extensão de prazos contratuais ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, desde que observado o prazo estabelecido no **Projeto Executivo** para a entrega do correspondente **Trecho Operacional**.

11.6 Com vistas à programação dos **Trabalhos**, o **Poder Concedente** manterá a **Concessionária** informada quanto ao andamento da implantação da **Infraestrutura** e o prazo estimado para a possível data de cessão da **Infraestrutura** de **Trecho Operacional** ou **Segmento de Trecho Operacional**.

11.6.1 Sem prejuízo do disposto na subcláusula 11.6, a **Concessionária** poderá, a qualquer tempo, solicitar ao **Poder Concedente** informações a respeito dos prazos e da programação para a conclusão e cessão da **Infraestrutura**, com a finalidade de programar a aquisição de materiais, mobilização de pessoal, contratação de equipamentos e serviços, e quaisquer outras providências necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

11.6.2 O previsto nas subcláusulas 11.6 e 11.6.1 não implica em qualquer alteração da obrigatoriedade de observância, pelas **Partes**, do cronograma previsto no **Projeto Executivo** em relação à cessão do(s) **Trecho(s) Operacional(is)**, sendo que as datas informadas com base nessas subcláusulas 11.6 e 11.6.1 terão natureza meramente indicativa

e servirão exclusivamente para fins de acompanhamento e planejamento da **Concessionária**.

11.7 A cessão da **Infraestrutura** será formalizada por meio de Termo de Cessão, a ser assinado por ambas as **Partes**, do qual constará a descrição da **Infraestrutura** cedida e demais condições consideradas relevantes pela **Concessionária** e pelo **Poder Concedente**.

11.7.1 O Termo de Cessão da integralidade ou de **Trechos Operacionais** da **Infraestrutura**, conforme definido no **Projeto Executivo**, será ainda acompanhado dos seguintes documentos a serem entregues pelo **Poder Concedente**:

- (i) projeto “as built” da **Infraestrutura**; e
- (ii) certificado de inspeção emitido por entidade independente tecnicamente qualificada, que deverá ser escolhida de comum acordo entre **Poder Concedente** e **Concessionária**.

11.8 Previamente à formalização do Termo de Cessão, a **Concessionária** se manifestará a respeito de eventuais desconformidades da **Infraestrutura** cedida em relação ao **Projeto Funcional** ou ao **Projeto Executivo**, ou ainda de outras falhas e defeitos que vier a identificar.

11.8.1 A manifestação de que trata esta subcláusula 11.8 não alterará alocação de riscos prevista na Cláusula 28, notadamente em relação ao risco de obra.

11.8.2 A **Concessionária** somente poderá recusar-se a proceder ao aceite da **Infraestrutura** caso as desconformidades, falhas e defeitos identificados, nos termos da subcláusula 11.8, sejam graves a ponto de comprometer a implantação da proteção acústica, dos **Sistemas**, do material rodante ou dos equipamentos de manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, ou ainda a sua futura operação, na forma prevista no **Projeto Executivo**.

11.8.3 Eventuais divergências quanto à incidência ou gravidade das desconformidades, falhas e defeitos referidos na subcláusula 11.8.2 serão dirimidas entre as partes pelos procedimentos de solução de controvérsias previstos neste **Contrato**.

11.9 A assinatura do Termo de Cessão pela **Concessionária** corresponderá ao aceite da **Infraestrutura**, a partir do qual a **Infraestrutura** passará à sua custódia e responsabilidade, na forma deste **Contrato**.

11.9.1 Cedidos quaisquer **Trechos Operacionais** ou **Segmentos de Trecho Operacional**, a **Concessionária** passará a ser responsável por garantir a conservação e a integridade da área que receber.

11.9.2 Uma vez cedida a **Infraestrutura**, caberá à **Concessionária**:

- (i) fornecer e implantar a proteção acústica, os **Sistemas**, o material rodante e os equipamentos de manutenção, realizando os **Trabalhos** e todas as demais atividades necessárias à **Operação Comercial** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- (ii) encarregar-se da operação e manutenção de todo o **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, inclusive realizando quaisquer **Reinvestimentos** necessários para a manutenção tanto das características técnicas estabelecidas no **Projeto Executivo** quanto do nível dos serviços prescrito no **PEF** e **Projeto Funcional**.

12 Estações

- 12.1** O direito de uso da **Infraestrutura** pela **Concessionária**, cedido nos termos do presente **Contrato**, compreenderá, no mínimo, a utilização, sem ônus adicionais, das **Áreas Funcionais** das **Estações**, de maneira suficiente para atender com qualidade ao volume de passageiros do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** durante toda a vigência da **Concessão**.
- 12.2** As **Áreas Funcionais** das **Estações** serão geridas e mantidas pela **Concessionária**, cabendo-lhe realizar os **Reinvestimentos** necessários à preservação da qualidade dos **Serviços Ferroviários**.
- 12.3** O direito de uso das **Áreas Funcionais** das **Estações**, previsto nesta Cláusula 12, compreenderá a eventual exploração comercial dessas **Áreas Funcionais**, vedada a exploração das **Áreas Comerciais**.
- 12.3.1** A eventual exploração comercial das **Áreas Funcionais** das **Estações** dependerá de sua conformidade com o **Projeto Executivo** desenvolvido considerando o **Projeto Funcional** e o **PEF**, bem como de prévia aprovação do **Poder Concedente**, na forma da subcláusula 27.2.
- 12.3.2** A eventual exploração comercial das **Áreas Funcionais** das **Estações** localizadas em **Aeroportos** dependerá, ainda, de acordos e entendimentos comerciais com a entidade responsável pela gestão e manutenção do sítio aeroportuário.
- 12.3.3** Qualquer alteração a ser realizada pela **Concessionária** para adequação das **Áreas Funcionais** das **Estações** às finalidades comerciais dependerá de prévia e expressa aprovação da **ANTT**.
- 12.3.4** As receitas obtidas com a exploração comercial de serviços prestados acessoriamente aos **Usuários** nas **Áreas Funcionais** serão consideradas como **Receitas Extraordinárias** e estarão sujeitas ao previsto na Cláusula 27.

12.3.5 Caberá à **Concessionária** articular-se com a entidade responsável pela gestão e exploração das **Áreas Comerciais**, de modo a:

- (i) resguardar os imperativos de funcionamento dos **Serviços Ferroviários**, de segurança de pessoas e bens e de ordem das **Estações**;
- (ii) preservar a liberdade de empreendimento das entidades que explorem comercialmente quaisquer áreas da **Estações**, especialmente não estabelecendo restrições injustificadas a tal exploração.

13 Prestação de Suporte Técnico

13.1 A partir da **Data de Assunção**, a **Concessionária** deverá prestar ao **Poder Concedente** todo o suporte técnico necessário para a elaboração do **Projeto Executivo**, bem como para sua alteração ou ajuste durante a fase de implantação da **Infraestrutura**, em conformidade com o **PEF** e demais diretrizes estabelecidas no **Projeto Funcional**.

13.2 No âmbito de sua obrigação de prestar suporte técnico ao **Poder Concedente**, a **Concessionária** deverá:

- (i) fornecer e esclarecer ao **Poder Concedente** quanto às questões concernentes aos parâmetros técnicos e operacionais e todas as informações pertinentes ao **Projeto Funcional** necessárias para a elaboração do **Projeto Executivo**; e
- (ii) prestar apoio ao **Poder Concedente** na fase de implantação da **Infraestrutura**, fornecendo as informações necessárias para elaboração de ajustes no **Projeto Executivo** com vistas à adequação das obras à futura operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

13.3 A **Concessionária** poderá ainda pronunciar-se, de maneira não vinculante, a respeito da adequação do **Projeto Executivo** e da implantação da **Infraestrutura** ao **PEF** e ao **Projeto Funcional**, com a estrita finalidade de:

- (i) colaborar com a futura adequação do **Projeto Executivo** e da **Infraestrutura** à proteção acústica, aos **Sistemas**, ao material rodante e aos equipamentos de manutenção a serem implantados e operados pela **Concessionária**;
- (ii) evitar o desperdício de tempo ou recursos de qualquer dos envolvidos; e
- (iii) auxiliar a obtenção do melhor resultado na execução do **Projeto Executivo** e da **Infraestrutura**.

13.4 A prestação dos serviços de suporte técnico pela **Concessionária** não alterará, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista neste **Contrato**.

13.4.1 A **Concessionária** não será responsabilizada por qualquer erro ou defeito relacionado ao **Projeto Executivo** ou à **Infraestrutura**, nos termos da alocação de riscos prevista na Cláusula 28.

14 Trabalhos

14.1 A **Concessionária** deverá executar os **Trabalhos** necessários ao cumprimento do objeto do **Contrato**, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento às exigências estabelecidas no **Projeto Executivo**, bem como no **PEF** e no **Projeto Funcional**, naquilo que não conflitar com o **Projeto Executivo**.

14.2 Após a cessão e recebimento da **Infraestrutura** concernente à integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, a **Concessionária** terá o prazo de até 18 (dezoito) meses para a execução dos **Trabalhos** e o início da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, observado o disposto na subcláusula 9.2.4.

14.3 A **Concessionária** deverá executar os **Trabalhos** e iniciar a **Operação Comercial** de cada **Trecho Operacional** na forma e nos prazos estabelecidos no **Projeto Executivo**.

14.3.1 Em caso de eventuais atrasos na entrega da **Infraestrutura** concernente a cada **Trecho Operacional**, pelo **Poder Concedente**, em relação ao previsto no **Projeto Executivo**, a **Concessionária** fará jus à extensão proporcional do prazo para início da **Operação Comercial** do referido **Trecho Operacional**, além das demais consequências previstas na subcláusula 11.4.

14.4 Após o início dos **Trabalhos**, a **ANTT** poderá realizar vistorias, a seu critério, nos canteiros e instalações, com a finalidade de conferir a consistência do andamento dos **Trabalhos** com os cronogramas e requisitos constantes do **Projeto Executivo**, considerando o **Projeto Funcional** apresentado pela **Adjudicatária** e as condições estabelecidas no **PEF**.

14.4.1 Em caso de descumprimento dos cronogramas e requisitos constantes do **Projeto Executivo** e demais condições do **PEF**, independentemente do procedimento de aplicação de penalidades previstos neste **Contrato**, caberá à **Concessionária** apresentar um plano de adequação dos **Trabalhos** que, após a sua aprovação pela **ANTT**, vinculará a **Concessionária**.

14.5 Para o atendimento do **PEF**, a **Concessionária** deverá comprovar à **ANTT** a conclusão dos **Trabalhos** em cada **Trecho Operacional**.

14.5.1 Os **Trabalhos** em cada **Trecho Operacional** serão recebidos pela **ANTT**, que rejeitará, no todo ou em parte, aqueles executados comprovadamente em desconformidade com as cláusulas deste **Contrato**, com o **Projeto Executivo**, com as condições do **PEF**, com o

Projeto Funcional, com as normas técnicas para execução de obras e serviços do **DNIT**, com as normas técnicas da **ABNT** ou com as **Normas de Segurança**.

14.5.2 O recebimento provisório ou definitivo dos **Trabalhos** não exclui a responsabilidade da **Concessionária**, sobretudo com relação às suas condições de segurança ou de qualidade, e tampouco exime ou diminui a sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas no **Contrato**.

14.5.3 Após a conclusão dos Trabalhos pela Concessionária, o Poder Concedente procederá a homologação e certificação do sistema **TAV Rio de Janeiro – Campinas** em cada **Trecho Operacional**.

14.6 A **Concessionária** deverá deter um sistema de gestão de qualidade para as obras e serviços necessários ao cumprimento do objeto do **Contrato**, com base na Norma NB-9004, da **ABNT**, equivalente a Norma ISO 9004 da “International Standards Organization”, e suas atualizações.

14.6.1 O sistema de gestão de qualidade a ser implantado pela **Concessionária** e permanentemente acompanhado pela **ANTT** deverá contemplar o “Manual de Qualidade” especificado na Norma NB-9004, incluindo medidas que assegurem um processo continuado de atualização técnica e tecnológica de produtos e serviços, bem como o desenvolvimento de recursos humanos.

14.7 A **ANTT** deverá autorizar previamente a aquisição do material rodante, cuja aceitação final ficará condicionada à inspeção para constatar a conformidade de suas especificações com a encomenda previamente aprovada pela **ANTT**.

14.8 Caberá ao **Poder Concedente** a responsabilidade pela:

- (i) construção das linhas de transmissão e de distribuição, desde a rede pública de energia até as entradas das edificações de subestações do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a obtenção de todas as licenças ambientais necessárias;
- (ii) construção e fornecimento de equipamentos das subestações de rebaixamento/elevação de energia da rede pública, necessárias para **Operação Comercial** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a obtenção de todas as licenças ambientais necessárias;
- (iii) construção das subestações do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** dentro do sítio do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a obtenção das licenças ambientais prévia e de instalação, ressalvada a responsabilidade da **Concessionária** pela obtenção da licença ambiental de operação.
- (iv) homologação e certificação do sistema TAV Rio de Janeiro – Campinas.

14.8.1 Será de responsabilidade exclusiva da **Concessionária**:

- (i) o fornecimento e a instalação dos equipamentos necessários para o funcionamento das subestações de rebaixamento/elevação de energia dentro do sítio do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a obtenção da licença ambiental de operação para o funcionamento das subestações;
- (ii) a implantação das linhas de distribuição a partir das entradas das edificações de subestações do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, incluindo o fornecimento e a instalação dos equipamentos necessários, bem como a obtenção de todas as licenças ambientais de operação.

15 Período de Testes e Início da Operação Comercial

15.1 Período de Testes

- 15.1.1 Após a conclusão dos **Trabalhos** em cada **Trecho Operacional**, a **Concessionária** deverá solicitar à **ANTT** autorização para início do **Período de Testes** no **Trecho Operacional** correspondente, comprovando o atendimento das condições previstas na subcláusula 14.5 deste **Contrato**.
- 15.1.2 Em até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da solicitação de autorização para o início do **Período de Testes**, prazo que poderá ser justificadamente prorrogado por 1 (uma) vez, a **ANTT** realizará a vistoria final dos **Trabalhos** e emitirá “Termo de Vistoria Definitivo” referente ao **Trecho Operacional**.
- 15.1.3 No caso de o resultado da vistoria indicar que os **Trabalhos** foram concluídos de acordo com o estabelecido na subcláusula 14.5, e a **Concessionária** estiver em conformidade com as obrigações de integralização do seu capital social estabelecidas no **Edital** e no cronograma de contribuições de capital constante do **Anexo 8**, a **ANTT** expedirá resolução de autorização para o início do **Período de Testes** em até 30 (trinta) dias a contar da data da emissão do “Termo de Vistoria Definitivo”.
- 15.1.4 Na hipótese de a vistoria constatar que os **Trabalhos** não foram concluídos de acordo com o estabelecido na subcláusula 14.5 ou apresentaram vícios, defeitos ou incorreções, a **ANTT** notificará a **Concessionária**, indicando as exigências a serem cumpridas.
- 15.1.5 O **Período de Testes** no **Trecho Operacional** será conduzido e custeado integralmente pela **Concessionária** e acompanhado pelos representantes da **ANTT**, tendo duração de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de expedição da resolução autorizativa da **ANTT** prevista na subcláusula 15.1.3.

- 15.1.6** O **Período de Testes** será encerrado após a realização de teste final acompanhado por representantes da **ANTT**, que atestarão a aptidão dos equipamentos para início da **Operação Comercial no Trecho Operacional**, em conformidade com os **Parâmetros de Desempenho** e com as **Normas de Segurança**.
- 15.1.7** Concluído o **Período de Testes**, no prazo previsto na subcláusula 15.1.5 deste **Contrato**, a **Concessionária** deverá encaminhar à **ANTT** solicitação de autorização para início da **Operação Comercial**, devidamente instruída com os relatórios e documentos aptos a comprovar a capacidade do referido **Trecho Operacional** de iniciar a **Operação Comercial** em conformidade com os **Parâmetros de Desempenho** e as **Normas de Segurança**.
- 15.1.8** A **Concessionária** deverá implantar o **Sistema de Gestão de Segurança**, elaborado nos termos da subcláusula 19.2 deste **Contrato**, como condição para autorização do início **Período de Testes**.
- 15.1.9** Atendidos os requisitos previstos nas subcláusulas 15.1.7 e 15.1.8 acima, a **ANTT** expedirá resolução de autorização para o início da **Operação Comercial** no respectivo **Trecho Operacional**, em até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da solicitação enviada pela **Concessionária**.
- 15.1.10** Em caso de desconformidade com os requisitos previstos nas subcláusulas 15.1.7 e 15.1.8 acima, a **ANTT** poderá solicitar esclarecimentos ou complementações da documentação enviada pela **Concessionária**, exigindo as adequações necessárias.
- 15.1.11** A autorização da **ANTT** para início da **Operação Comercial** não exclui a responsabilidade da **Concessionária** em relação às condições de segurança ou de qualidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, e tampouco exime ou diminui a sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas no **Contrato**.

15.2 Início da Operação Comercial

- 15.2.1** A **Operação Comercial** será iniciada em até 90 (noventa) dias da data de expedição da resolução de autorização para início da **Operação Comercial** emitida pela **ANTT** nos termos da subcláusula 15.1.9 deste **Contrato**.
- 15.2.2** Na hipótese de ocorrência de algum fato causador de atraso no início da **Operação Comercial** pelo qual a **Concessionária** não tenha assumido o risco, nos termos deste **Contrato**, a **Concessionária** deverá solicitar à **ANTT**, de maneira justificada e por escrito, autorização para extensão do prazo limite para início da **Operação Comercial**, na exata medida do atraso verificado.

15.2.3 A ocorrência do fato motivador do atraso deverá ser imediatamente comunicada à ANTT, sendo que autorização para a extensão do prazo prevista na subcláusula 15.2.2 deste **Contrato** deverá ser solicitada em até 30 (trinta) dias após a ocorrência do fato motivador do atraso e, em qualquer hipótese, antes do término do prazo para início da **Operação Comercial**.

16 Prestação dos Serviços Ferroviários

16.1 É obrigação da **Concessionária** a prestação dos **Serviços Ferroviários**, por sua conta e risco, com integral atendimento aos **Parâmetros de Desempenho**, ao **Projeto Executivo** e às demais exigências estabelecidas no **Contrato**, bem como no **PEF** e no **Projeto Funcional**, naquilo que não conflitar com o **Projeto Executivo**.

16.2 Na prestação dos serviços no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, a **Concessionária** deverá adotar todas as medidas de natureza técnica, administrativa, de segurança e educativa destinadas a:

- (i) preservar os **Bens da Concessão**;
- (ii) garantir a regularidade, continuidade, pontualidade e normalidade do tráfego;
- (iii) garantir a integridade dos **Usuários**, empregados e passageiros e dos bens que lhe forem confiados;
- (iv) prevenir acidentes;
- (v) garantir a manutenção da ordem em suas dependências, na medida de suas atribuições; e
- (vi) garantir o cumprimento dos direitos e deveres dos **Usuários**.

16.3 Para possibilitar o cumprimento do item (v) da subcláusula acima, o **Poder Concedente** articular-se-á com as entidades municipais, estaduais e federais competentes, com vistas à regulação do exercício da manutenção da ordem nas dependências sob a responsabilidade da **Concessionária**.

16.4 A operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** deverá observar os níveis regulamentares em matéria de perturbações sonoras, conforme disposto no **PEF**.

16.5 A **Concessionária** deverá distribuir, em todos os serviços prestados, a totalidade dos assentos disponíveis no **TAV Rio de Janeiro - Campinas** de modo que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos assentos por composição sejam oferecidos na **Classe Econômica**, em todo(s) o(s) **Trecho(s) Operacional(is)** e horários.

16.6 A **Concessionária** deverá submeter à **ANTT** seu plano anual de operação, com a programação operacional e o detalhamento dos serviços a serem executados, assim como a frequência a ser adotada e as **Tarifas** a serem cobradas, de acordo com o estabelecido no **PEF**.

16.6.1 O plano e as suas alterações deverão ser apresentados à **ANTT** com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início de sua execução, exceto com relação às **Tarifas Promocionais**, que deverão ser informadas à **ANTT** no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, na forma da subcláusula 26.2.3.

16.6.2 A análise do indicador de desempenho de disponibilidade de serviço, previsto no Apêndice B do **PEF**, deverá considerar o plano anual de operação apresentado pela **Concessionária** e suas alterações.

16.6.3 O plano anual de operação dos **Serviços Ferroviários** deverá ser dimensionado de maneira a atender, durante todo o período da **Concessão**, a demanda projetada pela **Concessionária**, na forma estabelecida no Apêndice A do **PEF**.

16.6.4 A **ANTT**, no exercício de suas competências regulatórias, poderá exigir que a **Concessionária** assegure o atendimento integral da demanda existente para cada um dos serviços e destinações e, especificamente, exigir frequências mínimas de **Serviços Ferroviários** em determinados dias ou horários, em face de indícios objetivos de excesso de demanda não atendida pela **Concessionária**, dentre os quais:

- (i) aumento da demanda em geral, sem que a **Concessionária** tenha ampliado o atendimento a esta demanda, considerada a capacidade instalada do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- (ii) descumprimento dos indicadores de desempenho relacionados aos **Usuários**, notadamente os ID9 (Satisfação do Usuário) e ID10 (Reclamações dos Usuários), conforme previstos no Apêndice B do **PEF**; ou
- (iii) indícios concretos de conduta anti-concorrencial, abusiva ou prejudicial aos **Usuários**.

17 Direitos dos Usuários

17.1 Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamentos da **ANTT** e outros diplomas legais aplicáveis, são direitos dos **Usuários**:

- (i) obter e utilizar os serviços relacionados à **Concessão**, observadas as normas da **ANTT**;
- (ii) receber da **Concessionária** e da **ANTT** informações para o uso correto do serviço prestado pela **Concessionária** e para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

- (iii) levar ao conhecimento da **Concessionária** e da **ANTT** as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado; e
- (iv) comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos ou irregularidades praticados pela **Concessionária** na prestação do serviço.

17.2 A **Concessionária** obriga-se a manter em sua estrutura organizacional, durante todo o prazo da **Concessão**, um setor para cuidar exclusivamente das relações com os **Usuários** e terceiros.

17.3 A **Concessionária** obriga-se a garantir que a implantação da proteção acústica, **Sistemas**, material rodante e equipamentos de manutenção, bem como a operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, atendam ao conceito de *desenho universal*, garantindo o seu livre acesso e uso pleno com segurança e autonomia por todos os **Usuários**, conforme a legislação e regulamentação aplicável.

18 Transferência de Tecnologia

18.1 Dentre as obrigações constantes deste **Contrato**, encontra-se a obrigação de transferência da **Tecnologia** julgada imprescindível para a continuidade e para o desenvolvimento dos **Serviços Ferroviários**, na forma deste **Contrato**, notadamente de seu **Anexo 7** e do **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia**, a ser garantida especialmente pelo **Acionista Privado**.

18.2 A **Transferência de Tecnologia** deverá compreender todos os conhecimentos técnicos e científicos criados e transmitidos por meio de um conjunto de materiais, processos, métodos, ferramentas e programas de treinamento, protegidos ou não por direitos industriais e autorais, necessários ao projeto, fabricação, implantação, manutenção e controle de qualidade do **Foco Tecnológico** necessário aos sistemas de **TAV** em condições operacionais compatíveis com as do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, na forma descrita no **Anexo 7**.

18.3 A **Transferência de Tecnologia** deverá oferecer condições para que, ao término do processo de transferência:

- (i) a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** e os **Agentes Locais** por ela indicados detenham a **Tecnologia** necessária para o desenvolvimento do ciclo completo da cadeia de serviços e produtos compreendida no **Foco Tecnológico**;
- (ii) a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** e os **Agentes Locais** por ela indicados tenham recebido os meios necessários para torná-los capazes de reproduzir elementos dos **Sistemas**, material rodante e equipamentos de manutenção identificados como **Foco Tecnológico**, necessários para o desenvolvimento e a implementação de um sistema de **TAV**;

- (iii) haja a nacionalização progressiva dos sistemas, produtos e serviços utilizados no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**; e
- (iv) haja o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento nacional.

18.4 A **Concessionária** reconhece que é inerente à presente **Concessão** o interesse público na **Transferência de Tecnologia** e, portanto, permitirá que o **Poder Concedente** acompanhe as operações sob sua responsabilidade durante toda a vigência do **Contrato**, sem qualquer reserva ou restrição, assim como realizará todas as atividades solicitadas pelo **Poder Concedente** para garantir a continuidade do **Serviço Ferroviário** em caso de extinção da **Concessão**.

18.4.1 O **Poder Concedente** regulamentará o acompanhamento e controle das obrigações vinculadas ao(s) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia**.

18.5 A **Concessionária** assegurará que o conteúdo da **Tecnologia** transferida seja total, atual, completo e suficiente para garantir a obtenção das finalidades previstas no **Anexo 7**, no **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia** e no presente **Contrato**.

18.6 Com a assinatura do presente **Contrato**, a **Concessionária** declara que:

- (i) compreende a natureza e o escopo da **Transferência de Tecnologia** à **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** ou aos **Agentes Locais**, e que permitirá e não oporá óbices ao uso livre e contínuo da **Tecnologia** por eles, observadas as condições e limites deste **Contrato**;
- (ii) reconhece que as obrigações de **Transferência de Tecnologia** são parte integrante do **Contrato** e que, em consequência, qualquer violação às condicionantes constantes do **Anexo 7**, do **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia** e do(s) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia** poderá ser considerada infração grave a este **Contrato**, sujeita às penalidades nele previstas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, notadamente a eventual caducidade da **Concessão**; e
- (iii) garantirá, por meio do **Acionista Privado**, a efetiva **Transferência de Tecnologia** à **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** ou aos **Agentes Locais** por ela indicados, com vistas ao atendimento dos objetivos e das condições previstas no **Anexo 7**.

18.7 **Responsabilidade da Concessionária e da Provedora de Tecnologia em relação à Tecnologia**

18.7.1 No âmbito da operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, a **Concessionária** responderá objetivamente por eventuais danos causados a terceiros, conforme determinado na Constituição Federal Brasileira (artigo 37, § 6º).

- 18.7.2** A **Concessionária** e a **Provedora de Tecnologia** deverão resguardar a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** e os **Agentes Locais** de quaisquer ações de responsabilidade civil relacionadas a danos a terceiros, ensejados por culpa exclusiva da **Concessionária** ou da **Provedora de Tecnologia**.
- 18.7.3** No âmbito da **Transferência de Tecnologia**, a **Concessionária** e a **Provedora de Tecnologia** não serão responsáveis por eventual insucesso da implementação do **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia**, desde que tenham cumprido com todos os melhores esforços para a consecução do programa e para o alcance das finalidades e obrigações previstas no **Anexo 7**.
- 18.7.4** Não serão de responsabilidade da **Concessionária** e da **Provedora de Tecnologia** eventuais danos decorrentes de produtos e serviços produzidos pela **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** ou pelos **Agentes Locais** a partir da **Tecnologia** transferida, desde que os danos não tenham sido causados por falha decorrente do processo de **Transferência de Tecnologia** ensejado pela **Provedora de Tecnologia**.

18.8 Do(s) Contrato(s) de Transferência de Tecnologia

- 18.8.1** O(s) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia** será(ão) assinado(s) entre a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.** e a **Provedora de Tecnologia**, devendo necessariamente a **Concessionária** e o **Acionista Privado** e, eventualmente, os **Agentes Locais** e qualquer um dos sócios do **Acionista Privado** figurar como intervenientes-anuentes.
- 18.8.2** A **Concessionária** estará vinculada às cláusulas previstas no(s) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia** e deverá realizar todos os esforços ao seu alcance para a sua mais perfeita execução.
- 18.8.3** A **Concessionária** deverá desempenhar todas as atividades e cooperar com a **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, ou com quem por ela designado, na mais completa extensão dos seus poderes, nas atividades relacionadas à **Transferência de Tecnologia** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, devendo, quando solicitada pela **Empresa de Planejamento e Logística S.A.**, exemplificativamente:
- (i) disponibilizar informações e documentos acerca da **Tecnologia** e do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
 - (ii) prestar assistência técnica;
 - (iii) franquear a realização de visitas e de testes no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**; ou
 - (iv) disponibilizar, gratuitamente e pelo período necessário, funcionários com capacitação técnica para a transferência

do conhecimento da utilização do processo ou fabricação e engenharia do **TAV**.

- 18.8.4** O descumprimento, pela **Concessionária**, das obrigações relacionadas à **Transferência de Tecnologia** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, previstas neste **Contrato** ou no(s) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia**, constitui infração contratual.

18.9 Substituição da Tecnologia

- 18.9.1** Até a conclusão dos **Trabalhos**, a **Concessionária** poderá, a seu critério, propor a substituição parcial ou integral de itens ou subitens do **Foco Tecnológico** por itens ou subitens de nova geração, com **Tecnologia** mais atual do que aquela constante em seu **Projeto Funcional**, desde que a nova **Tecnologia** esteja igualmente homologada e certificada perante as autoridades competentes de seu país de origem ou de outro país.

- 18.9.2** No pedido encaminhado ao **Poder Concedente**, a **Concessionária** deverá justificar sua proposição, indicar os itens ou subitens do **Foco Tecnológico** que pretende atualizar e apresentar os elementos que comprovem sua melhor adequação técnica e as variações de custos, para mais ou para menos, em relação aos itens anteriormente apresentados em seu **Projeto Funcional**.

- 18.9.3** A substituição de itens ou subitens do **Foco Tecnológico** dependerá da anuência do **Poder Concedente**, que poderá aceitar apenas parcialmente a substituição proposta.

- 18.9.4** Caso as **Partes** concordem quanto à substituição referida nesta subcláusula 18.9, dever-se-á:

- (i) promover as alterações cabíveis no **Contrato** e em seus **Anexos**, por meio de aditamento contratual, de maneira a refletir as novas condições econômicas e técnicas decorrentes da nova **Tecnologia**;
- (ii) rever o **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia** e o(s) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia**, de modo a assegurar que a **Tecnologia** transferida seja aquela efetivamente implantada no **TAV Rio de Janeiro – Campinas**.

19 Segurança

19.1 Diretrizes Gerais

- 19.1.1** A **Concessionária** será responsável perante os **Usuários**, os seus trabalhadores e terceiros, pela segurança da operação, pela adequada manutenção, conservação, preservação das características técnicas e pelo controle dos riscos associados ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 19.1.2** Sem prejuízo da aplicação de outras regras e regulamentos, a **Concessionária** deverá observar as **Normas de Segurança** na prestação dos **Serviços Ferroviários** e operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 19.1.3** A concepção, a construção ou a fabricação, bem como a manutenção e a vigilância dos sistemas e componentes críticos para a segurança do **TAV Rio de Janeiro – Campinas**, deverão garantir a segurança plena da operação dos serviços.
- 19.1.4** A **Concessionária** deverá dispor de serviços médicos próprios para atendimento às normas básicas de primeiros socorros, de forma a assegurar o pronto atendimento aos **Usuários** no caso de incidentes ocorridos no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 19.1.5** Compete à **Concessionária** exercer a vigilância e manter a segurança nas dependências do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

19.2 Do Sistema de Gestão de Segurança

- 19.2.1** A **Concessionária** deverá criar, como condição para a autorização do início do **Período de Testes** do primeiro **Trecho Operacional**, o **Sistema de Gestão de Segurança** que garanta o controle de todos os riscos relacionados à prestação dos serviços no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 19.2.2** A **Concessionária** deverá apresentar à **ANTT** o **Sistema de Gestão de Segurança**, por escrito e devidamente instruído com os documentos necessários.
- 19.2.3** Deverão constar do **Sistema de Gestão de Segurança**:
- (i) política de segurança aprovada pelo diretor responsável, a ser comunicada a todo o pessoal envolvido;
 - (ii) objetivos qualitativos e quantitativos do sistema em termos de manutenção e reforço da segurança, bem como planos e procedimentos para alcançar os objetivos definidos;
 - (iii) procedimentos destinados a garantir o cumprimento das **Normas de Segurança**, das normas técnicas de segurança da **ANTT**, ou outras normas aplicáveis, ao longo do ciclo de vida do equipamento utilizado para operação dos serviços;
 - (iv) procedimentos e métodos destinados a efetuar uma avaliação dos riscos e a aplicar medidas de controle dos

riscos, sempre que uma mudança das condições de exploração ou a aquisição de material novo introduzir novos riscos para a **Infraestrutura**, a proteção acústica, os **Sistemas**, o material rodante, os equipamentos de manutenção ou para as operações;

- (v) programas de formação e capacitação de pessoal e de sistemas destinados a garantir que o nível de competência do pessoal seja preservado e que as tarefas de gerenciamento sejam realizadas por pessoal capacitado;
- (vi) adoção de procedimentos que disponham sobre a circulação de informações necessárias à fiscalização da **ANTT** e à implementação de ajustes no sistema;
- (vii) modelos de documentação a serem utilizados no fornecimento da informação de segurança e designação de procedimentos de controle e averiguação das informações;
- (viii) procedimentos que garantam a imediata comunicação à **ANTT** do conteúdo de inquérito e a análise de acidentes, incidentes, casos de quase acidente e outras ocorrências perigosas, bem como a adoção de medidas de prevenção adequadas;
- (ix) planos de ação, alerta e informação em caso de emergência, acordados com as autoridades públicas competentes;
- (x) plano de proteção da faixa de domínio, contendo as ações necessárias para o cumprimento das metas e dos objetivos da **Concessão**; e
- (xi) regras relativas à realização de auditorias internas periódicas do **Sistema de Gestão de Segurança**.

19.2.4 A **Concessionária** deverá prever disposições específicas no **Sistema de Gestão de Segurança** acerca das condições de segurança nos túneis.

19.2.5 A **ANTT** deverá aprovar ou recusar, no prazo de 60 (sessenta) dias após a recepção da totalidade da documentação, o **Sistema de Gestão de Segurança** elaborado pela **Concessionária**.

19.2.6 A **ANTT** poderá solicitar a adição de novos elementos ou a revisão, parcial ou total, do **Sistema de Gestão de Segurança** que lhe seja apresentado, concedendo prazo razoável para que a **Concessionária** realize as modificações solicitadas.

- 19.2.7** A **ANTT** poderá determinar, em qualquer momento, a revisão, suspensão ou revogação do **Sistema de Gestão de Segurança** em caso de risco para a segurança do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 19.2.8** A **Concessionária** deverá manter o **Sistema de Gestão de Segurança** sempre atualizado, especialmente quando do início do **Período de Testes** e da **Operação Comercial** de novo **Trecho Operacional**.
- 19.2.9** A **Concessionária** deverá arcar com todos os custos e despesas relacionados à elaboração e atualização do **Sistema de Gestão de Segurança**, sem que lhe caiba qualquer indenização ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de tais dispêndios, incluindo, sem limitação, os custos relacionados à implementação do plano de proteção da faixa de domínio, previsto na subcláusula 19.2.3.(x) deste **Contrato**.

19.3 Segurança da Faixa de Domínio

- 19.3.1** A partir da cessão e recebimento da **Infraestrutura** relativa a cada **Trecho Operacional** ou **Segmento de Trecho Operacional**, a **Concessionária** será responsável por manter a integridade e o completo isolamento da respectiva faixa de domínio do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, inclusive adotando, às suas expensas, as providências necessárias a sua desocupação, se e quando invadida por terceiros.
- 19.3.2** Imediatamente após a realização das ações de proteção previstas na subcláusula 19.2.3.(x) deste **Contrato**, a **Concessionária** deverá encaminhar à **ANTT** relatório que comprove a execução do plano apresentado e a inexistência de ocupações irregulares ou de falhas de segurança na faixa de domínio.

19.4 Relatório Anual de Segurança

- 19.4.1** Após o início da **Operação Comercial** em **Trecho Operacional**, a **Concessionária** deverá preparar anualmente um relatório de segurança, que deverá ser enviado à **ANTT** até 31 de janeiro e incluirá informações sobre:
- (i) a forma como estão sendo cumpridos os objetivos de segurança e os resultados dos planos de segurança;
 - (ii) os indicadores de segurança do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
 - (iii) os resultados das auditorias de segurança internas e as medidas adotadas com relação às falhas diagnosticadas;
 - (iv) observações sobre deficiências e funcionamento incorreto do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como de suas

ações corretivas, que possam ser importantes para o conhecimento e fiscalização da **ANTT**;

- (v) eventuais informações solicitadas pela **ANTT**.

20 Contratação com Terceiros e Empregados

20.1 Sem prejuízo de suas responsabilidades, a **Concessionária** deverá executar as obras e os serviços da **Concessão**, conforme estabelecido no **PEF**, no **Projeto Funcional** e no **Projeto Executivo**, por sua conta e risco.

20.2 Os terceiros contratados pela **Concessionária** deverão ser dotados de higidez financeira e de competência e habilidade técnica, sendo a **Concessionária** direta e indiretamente responsável perante o **Poder Concedente** por quaisquer problemas ou prejuízos decorrentes da falta de higidez financeira, bem como de competência e habilidade técnica de seus contratados.

20.3 Sem qualquer prejuízo do disposto nesta Cláusula 20 e nas demais disposições deste **Contrato**, a **Concessionária** deverá submeter à prévia aprovação da **ANTT** os principais instrumentos contratuais a serem celebrados (ou celebrados com condição suspensiva de eficácia, conforme o caso) com prestadores de serviços e fornecedores de equipamentos para a realização dos **Trabalhos** e aquisição de material rodante para operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, cuja importância fique demonstrada por seu volume e papel estratégico para a execução do **Contrato**.

20.3.1 O disposto na subcláusula 20.3 acima não impede que a **ANTT**, no âmbito de sua competência fiscalizatória, requeira informações com relação aos demais instrumentos contratuais celebrados pela **Concessionária**, nos termos do disposto na Cláusula 24 deste **Contrato**.

20.3.2 A aprovação da **ANTT** dos instrumentos contratuais mencionados na subcláusula 20.3 acima será emitida no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua apresentação à **ANTT** e não será recusada na hipótese de tais instrumentos contratuais contemplarem condições de mercado comumente adotadas para instrumentos da mesma espécie e não contrariarem o disposto neste **Contrato** ou nos **Anexos**.

20.3.3 Na hipótese dos instrumentos contratuais submetidos à aprovação da **ANTT** conterem condições não condizentes com as condições de mercado aplicáveis a contratações similares, ou conterem disposições contrárias ao conteúdo deste **Contrato** e/ou dos **Anexos**, a aprovação da **ANTT** somente será outorgada após a implementação das alterações determinadas pela **ANTT** e devidamente especificadas e fundamentadas em despacho próprio.

- 20.3.4** Somente poderá haver substituição de subcontratado aprovado pela **ANTT** nos termos da subcláusula 20.3 por outro de equivalente qualificação, mediante prévia e expressa anuência da **ANTT**.
- 20.4** O fato de a existência do contrato com terceiros ter sido levada à aprovação ou ao conhecimento da **ANTT** não exime a **Concessionária** do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do **Contrato**, bem como não acarretará qualquer forma de coobrigação ou solidariedade à **ANTT** ou ao **Poder Concedente**.
- 20.5** Os contratos entre a **Concessionária** e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o **Poder Concedente**.
- 20.6** Os contratos entre a **Concessionária** e terceiros deverão, ainda, prever cláusula de sub-rogação à União, visando ao atendimento do disposto na subcláusula 36.3 abaixo.
- 20.7** A **Concessionária** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **Contrato**.

21 Direito de Passagem

- 21.1** A **Concessionária** deverá assegurar o direito de passagem sobre a infraestrutura do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** a composições de outras operadoras que explorem serviço público de transporte ferroviário de passageiros por **TAV** em trechos distintos daqueles compreendidos pelo **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e que solicitem a passagem, incluindo o acesso às **Estações**, caso necessário e para fins exclusivamente de compartilhamento das infraestruturas de acesso e de partida das **Estações**.
- 21.1.1** A **Concessionária** terá exclusividade na exploração do **Serviço Ferroviário** nos **Trechos Operacionais** compreendidos pelo **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, conforme descritos no Apêndice A do **PEF**, bem como na cobrança das **Tarifas** relativas a estes serviços.
- 21.1.2** O direito de passagem referido nesta Cláusula:
- (i) compreenderá o direito de trafegar sobre a parcela ou a totalidade da infraestrutura do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a parada para entrada ou saída de passageiros nas **Estações** compreendidas no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**; e
 - (ii) não compreenderá, em qualquer hipótese, a possibilidade de exploração ou comercialização dos mesmos **Trechos Operacionais** explorados pela **Concessionária**, assim entendida como a venda de passagens para os mesmos **Trechos Operacionais** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**

ou o transporte de passageiros que se inicie e se encerre em **Estações** compreendidas no **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

21.1.3 A **ANTT** garantirá a observância da exclusividade prevista na subcláusula 21.1.1 e coibirá qualquer artifício tendente a falsear tal direito da **Concessionária**.

21.2 Em caso de direito de passagem, a **Concessionária** e a operadora de **TAV** celebrarão um contrato de direito de passagem, no qual serão convencionados os direitos e as obrigações entre as operadoras, conforme regulamentação específica a ser estabelecida.

21.2.1 O contrato de direito de passagem deverá garantir o ressarcimento da **Concessionária** por todos os custos operacionais incorridos com o direito de passagem e pela remuneração de capital, e não poderá prejudicar os direitos e obrigações previstos neste **Contrato**.

21.3 A **Concessionária** somente poderá se recusar a compartilhar a infraestrutura do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** por razões de ordem técnica e operacional, especialmente quando:

- (i) o direito de passagem puder acarretar o descumprimento de suas obrigações previstas neste **Contrato**;
- (ii) o direito de passagem for incompatível com as especificações técnicas do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- (iii) for demonstrado tecnicamente que a infraestrutura já se encontra ou está em vias de atingir o limite de sua capacidade operacional;
- (iv) não se chegar a um consenso do valor do ressarcimento, pela apresentação de proposta de ressarcimento manifestamente irrisória ou insuficiente para cobrir os custos da **Concessionária**.

21.3.1 Da recusa ao pedido de direito de passagem da infraestrutura do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** caberá reclamação perante a **ANTT**, nos termos de resolução ou outro ato normativo vigente à época, que aferirá a efetiva inviabilidade da solicitação de direito de passagem.

21.3.2 Se a **ANTT** demonstrar que a recusa de direito de passagem pela **Concessionária** não possui fundamentos técnicos e operacionais, ela poderá ordenar a celebração de um contrato de direito de passagem que seja equânime entre as operadoras, ressalvado o previsto na subcláusula 21.2.1 deste **Contrato**.

21.4 Em caso de divergência entre as operadoras de **TAV**, antes ou após a celebração do contrato de direito de passagem, poderá ser apresentado requerimento à **ANTT** para intermediação de acordo entre as partes e, na ausência de consenso, arbitragem do conflito, nos termos da Lei nº 10.233/01 e da regulamentação da **ANTT** vigente à época.

21.5 As regras contidas nesta Cláusula somente se aplicam na hipótese de direito de passagem entre a **Concessionária** e outra operadora de **TAV** de passageiros.

22 Pagamento pela Outorga

22.1 A **Concessionária** se obriga a pagar trimestralmente ao **Poder Concedente**, mediante depósito bancário, o **Pagamento pela Outorga** referente ao trimestre anterior, conforme os valores e parâmetros estabelecidos neste **Contrato**.

22.2 O **Pagamento pela Outorga** corresponderá ao montante em Reais resultante da multiplicação do (i) **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** oferecido pela **Concessionária** em sua **Proposta Econômica**, considerado o disposto nas subcláusulas 22.3 e 22.4, pelo (ii) número de **Trem.KmEquivalente** do trimestre devido.

22.2.1 O número de **Trem.KmEquivalente** será obtido pela fórmula abaixo:

$$TKm.eq = \sum_{i=1}^n KM_i \times M.eq_i$$

Onde:

$TKm.eq$ é o somatório total de **Trem.KmEquivalente** utilizados nos **Serviços Ferroviários** no trimestre;

n é o número total de trens “i” utilizados nos **Serviços Ferroviários** no trimestre;

KM_i é a quilometragem total percorrida pelo trem “i” na prestação dos **Serviços Ferroviários**; e,

$M.eq_i$ é o múltiplo do **Trem-Referência**, obtido pela divisão do comprimento (em metros) do trem “i” utilizado nos **Serviços Ferroviários**, pelo comprimento (em metros) do **Trem-Referência**.

22.3 O **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** inicial corresponderá a 20% (vinte por cento) do **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** oferecido pela **Concessionária** em sua **Proposta Econômica** e será aplicável a partir do início da **Operação Comercial**.

22.3.1 A partir da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro-Campinas**, o **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** será progressivamente aumentado até que seja alcançado o percentual de 100% (cem por cento), conforme a tabela a seguir:

Ano de Operação Comercial da integralidade do TAV	Percentual mínimo do Valor de Referência do Pagamento pela Outorga
01	20%
02	20%
03	40%
04	40%
05	50%
06	70%
07	80%
08	80%
09	90%
10	100%

- 22.3.2** A progressão do percentual a ser aplicada sobre o **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga**, conforme previsto na subcláusula 22.3.1 acima, poderá ser acelerada a depender da ocupação efetiva dos trens utilizados nos **Serviços Ferroviários**, na forma das subcláusulas 22.3.3 e 22.3.4 abaixo.
- 22.3.3** Caso a ocupação efetiva dos trens, observada no ano anterior, exceda 65% (sessenta e cinco por cento) da capacidade disponibilizada, o percentual do **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** referido na subcláusula 22.3.1 será aumentado, em percentual correspondente àquele que exceder o percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) da capacidade acima referida.
- 22.3.4** Na hipótese prevista na subcláusula 22.3.3, o novo percentual passará a ser utilizado como base para o acréscimo dos pontos percentuais referido na subcláusula 22.3.1.

- 22.4** O **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** será reajustado anualmente, na mesma data dos reajustes da **Tarifa-Teto**, de acordo com a seguinte fórmula: **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** x IRT.
- 22.5** O **Pagamento pela Outorga** será devido a partir do início da **Operação Comercial** do primeiro **Trecho Operacional** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 22.5.1** Decorridos 3 (três) meses após a data de início da **Operação Comercial de Trecho Operacional** -autorizado pela **ANTT** nos termos da subcláusula 15.1.9, será devido pela **Concessionária** o primeiro **Pagamento pela Outorga**.
- 22.5.2** Em até 10 (dez) dias após o prazo previsto na subcláusula 22.5.1 acima, a **Concessionária** deverá enviar à **ANTT** um relatório discriminando:
- (i) a identificação dos trens utilizados nos **Serviços Ferroviários**, no trimestre devido;
 - (ii) a quantidade de **Trem.KmEquivalente** correspondente;
 - (iii) se cabível, os percentuais do **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga** a serem aplicados, de acordo com a subcláusula 22.3;
 - (iv) as respectivas multiplicações; e, finalmente,
 - (v) o valor total devido pela **Concessionária** no trimestre como **Pagamento pela Outorga**.
- 22.5.3** A **ANTT** deverá analisar o relatório em até 10 (dez) dias, aprovando-o ou requerendo correções nos cálculos, de forma fundamentada.
- 22.5.4** Após a aprovação pela **ANTT**, o valor referente ao **Pagamento pela Outorga** deverá ser recolhido pela **Concessionária**, conforme procedimento a ser indicado pela **ANTT**.
- 22.5.5** Em caso de divergências entre as **Partes** quanto à quantia devida pelo **Pagamento pela Outorga**, as **Partes** submeterão a análise da questão para a **Comissão Técnica**, conforme previsto na Cláusula 42.
- 22.5.6** Havendo divergências, na forma da subcláusula 22.5.5, a **Concessionária** deverá realizar o **Pagamento pela Outorga** do valor incontroverso, sendo que eventuais diferenças, para mais ou menos, serão compensadas no trimestre seguinte.
- 22.6** Em caso de interrupção da **Operação Comercial** em qualquer **Trecho Operacional**, assim entendida como a interrupção ou suspensão do plano anual de operação por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, que tenha sido causada por ação ou omissão da **Concessionária**, o **Pagamento pela Outorga**

será calculado com base na estimativa média de **Trem.KmEquivalente** no respectivo trecho interrompido, nos últimos 12 (doze) meses.

22.6.1 Na impossibilidade de se utilizar a estimativa média referida na subcláusula 22.6 acima por inexistência de dados, serão utilizadas as estimativas médias de **Trem.KmEquivalente** constantes dos estudos de viabilidade técnica e econômica que lastrearam a realização do **Leilão**.

22.7 Em caso de interrupção da **Operação Comercial** em qualquer **Trecho Operacional**, assim entendida como a interrupção ou suspensão do plano anual de operação por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, para a qual a **Concessionária** não tenha concorrido com o seu comportamento, o **Pagamento pela Outorga** relativo ao trecho será suspenso durante essa indisponibilidade ou interrupção, sendo que o valor que seria devido será posteriormente considerado para o reequilíbrio da equação econômico-financeira do **Contrato**.

Capítulo IV – Declarações, Fiscalização e Prestação de Informações

23 Declarações

23.1 A **Concessionária** declara que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

23.2 A **Concessionária** não será de qualquer maneira liberada de suas obrigações contratuais, tampouco terá direito a ser indenizada pelo **Poder Concedente**, em razão de qualquer informação incorreta ou insuficiente, seja obtida por meio da **ANTT**, da União ou qualquer outra fonte, reconhecendo que era sua a incumbência fazer seus próprios levantamentos para verificar a adequação e a precisão de qualquer informação que lhe foi fornecida.

23.3 A **Concessionária** declara e garante ao **Poder Concedente** que a qualidade da execução e da manutenção das obras e dos serviços objeto da **Concessão** é, e sempre será, suficiente e adequada ao cumprimento do **Contrato**, do **PEF** e do **Projeto Executivo**, responsabilizando-se integralmente por qualquer desconformidade com os **Parâmetros de Desempenho**, com as **Normas de Segurança** e especificações técnicas mínimas neles estabelecidos.

23.4 A **Concessionária** reconhece que todas as soluções, especificações de equipamentos, materiais e métodos indicados no **PEF** para execução dos serviços e das obras são meramente indicativos, cabendo à **Concessionária** a escolha daqueles que julgar mais adequados, desde que assegure o cumprimento do **Projeto Executivo**, do **Projeto Funcional** e demais especificações mínimas do **PEF**.

23.5 A **Concessionária** declara e garante que cumprirá, especialmente por meio do **Acionista Privado**, com as suas obrigações relativas à **Transferência de Tecnologia** que integra este **Contrato**, na forma da Cláusula 18 e do **Anexo 7**.

24 Prestação de Informações

24.1 Durante a **Concessão**, e sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no **Contrato** ou na legislação e regulamentação aplicável, a **Concessionária** deverá:

24.1.1 dar conhecimento imediato à **ANTT** de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da **Concessão**, apresentando, por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da ocorrência, relatório detalhado sobre esse fato e as medidas tomadas para sanar o problema, incluindo, se for o caso, pareceres técnicos;

24.1.2 apresentar à **ANTT**, no prazo por ela estabelecido, informações concernentes ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas** que esta venha formalmente a solicitar, incluindo toda a documentação comprobatória exigida para fins de verificação do cumprimento, pela **Concessionária**, do **PEF**, do **Projeto Funcional** e do **Projeto Executivo**, incluindo o **Cronograma Físico-Financeiro dos Investimentos**;

24.1.3 apresentar à **ANTT**, na periodicidade por ela estabelecida, relatório com informações detalhadas sobre:

- (i) as estatísticas de volume de passageiros, atrasos e acidentes, com análise de pontos críticos e medidas saneadoras implementadas ou a serem implementadas;
- (ii) o estado de conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- (iii) a qualidade ambiental ao longo do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como os impactos ambientais decorrentes da execução das obras e dos serviços previstos no **Contrato**, incluindo o monitoramento do nível de ruídos;
- (iv) a execução das obras e dos serviços da **Concessão**;
- (v) o desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros, a forma de realização das obras e da prestação dos serviços relacionados ao objeto do **Contrato**, os resultados da exploração do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a programação e execução financeira; e
- (vi) os **Bens da Concessão**, incluindo descrição do seu estado de conservação e valor.

- 24.1.4** apresentar à **ANTT**, trimestralmente, suas demonstrações financeiras trimestrais completas, conforme Manual de Contabilidade ou regras estabelecidas pela **ANTT**;
- 24.1.5** apresentar à **ANTT**, mensalmente, relatório de operação, relacionando-o ao plano de operação anual previsto na subcláusula 16.6 deste **Contrato**;
- 24.1.6** apresentar à **ANTT**, em até 5 (cinco) dias após a data limite para realização da assembleia geral ordinária, as demonstrações financeiras completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as normas de contabilidade brasileiras ou regulamentação da **ANTT**, com destaque para as seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior:
- (i) operações com **Coligadas**;
 - (ii) depreciação e amortização de ativos;
 - (iii) provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);
 - (iv) relatório da administração;
 - (v) parecer dos auditores externos e, se houver, do conselho fiscal; e
 - (vi) declaração da **Concessionária** contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária.
- 24.1.7** apresentar anualmente à **ANTT** o Relatório Anual de Segurança, na forma da subcláusula 19.4;
- 24.1.8** apresentar anualmente à **ANTT** cópia autenticada das apólices dos seguros vigentes, na forma da Cláusula 33;
- 24.1.9** manter, durante toda a **Concessão**, cadastro atualizado dos responsáveis técnicos pelos **Trabalhos** e pela prestação dos **Serviços Ferroviários**;
- 24.1.10** enviar para a **ANTT** todas as correspondências, documentos e informações que sejam enviados para os **Financiadores**;
- 24.1.11** manter atualizados os projetos das obras e dos serviços objeto da **Concessão**, que deverão atender integralmente ao disposto no **Projeto Executivo**, no **PEF** e no **Projeto Funcional**, naquilo que não conflitar com o **Projeto Executivo**;
- 24.1.12** apresentar, após a conclusão dos **Trabalhos**, todos os projetos “as built” relativos à proteção acústica, aos **Sistemas**, ao material rodante

e aos equipamentos de manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e mantê-los atualizados durante todo o prazo da **Concessão**;

24.1.13 realizar o monitoramento permanente do volume de passageiros, medições e demais procedimentos estabelecidos no **PEF**, nos locais do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** que sejam necessários:

- (i) à apuração do cumprimento de suas obrigações; e
- (ii) à avaliação dos **Parâmetros de Desempenho** estipulados no Apêndice B do **PEF**.

24.2 Os relatórios, documentos e informações previstos nesta cláusula deverão integrar bancos de dados, em base eletrônica, conforme padrão mínimo determinado pela **ANTT**.

24.2.1 À **ANTT** terá assegurado o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido nesta subcláusula.

24.3 As vias originais dos relatórios previstos nesta Cláusula, após analisadas e aprovadas pela **ANTT**, serão arquivadas na sede da **Concessionária**, que deverá mantê-las em arquivo até a extinção da **Concessão**.

24.4 A **Concessionária** deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa e adotar o elenco de contas e demonstrações contábeis padronizadas na forma indicada pelo Manual de Contabilidade ou regras estabelecidas pela **ANTT**.

25 Fiscalização

25.1 Os poderes de fiscalização da execução do **Contrato** serão exercidos pela **ANTT**, diretamente ou por terceiros por ela conveniados, que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da **Concessionária**, assim como aos **Bens da Concessão**.

25.1.1 Para efeitos do disposto nesta subcláusula, a **ANTT** terá direito de acesso às instalações e aos documentos relacionados ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como direito de livre interpelação e oitiva de pessoal.

25.2 Os órgãos de fiscalização e controle da **ANTT** serão responsáveis pela supervisão, inspeção e auditoria do **Contrato**, bem como pela avaliação do desempenho da **Concessionária**, as quais poderão ser realizadas a qualquer tempo.

25.3 As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito das fiscalizações serão imediatamente aplicáveis e vincularão a **Concessionária**, sem prejuízo do recurso eventualmente cabível.

- 25.4** A fiscalização da **ANTT** documentará, em termo próprio, as ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-as formalmente à **Concessionária** para regularização das faltas ou defeitos verificados, em prazo estabelecido pela **ANTT**.
- 25.4.1** A não regularização das faltas ou defeitos indicados, nos prazos regulamentares, configura infração contratual e ensejará a lavratura de auto de infração.
- 25.4.2** A violação pela **Concessionária** de preceito legal, contratual ou de Resolução da **ANTT** implicará a lavratura do devido auto de infração, na forma regulamentar.
- 25.4.3** Caso a **Concessionária** não cumpra determinações da **ANTT** no âmbito da fiscalização, será facultada à **ANTT** a correção da situação, diretamente ou por intermédio de terceiro, correndo os custos por conta da **Concessionária**, sem prejuízo das multas cabíveis.
- 25.5** A **Concessionária** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as obras e os serviços pertinentes à **Concessão** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados, nos prazos que forem fixados pela **ANTT**.
- 25.5.1** A **ANTT** poderá exigir que a **Concessionária** apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer obra ou serviço pertinente à **Concessão** prestado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta, em prazo a ser estabelecido pela **ANTT**.
- 25.6** Recebidas as notificações expedidas pela **ANTT**, a **Concessionária** poderá exercer o direito de defesa, na forma da regulamentação vigente.
- 25.7** A **ANTT** realizará, em até 1 (um) ano antes do advento do termo contratual, fiscalização detalhada específica para:
- (i) avaliar a condição dos **Bens Reversíveis**, inclusive em relação ao cumprimento dos **Parâmetros de Desempenho** definidos no **PEF**; e
 - (ii) avaliar a condição do(s) **Trecho(s) Operacional(is)**, a fim de determinar se os **Parâmetros de Desempenho** indicados no **PEF** estão sendo mantidos.
- 25.8** A **Concessionária** deverá recolher ao **Poder Concedente**, a partir da cessão e recebimento da **Infraestrutura** concernente ao primeiro **Trecho Operacional**, e ao longo de toda a **Concessão**, a verba de fiscalização, que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da **Concessão**.
- 25.8.1** A verba de fiscalização será calculada em função da extensão da **Infraestrutura** já recebida, e corresponderá a R\$ 4.892,37 (quatro mil, oitocentos e noventa e dois Reais e trinta e sete centavos) trimestrais por quilômetro de **Infraestrutura** recebida.

- 25.8.2** Ao início de cada trimestre, a **Concessionária** providenciará o cálculo do número de quilômetros de **Infraestrutura** recebida e o multiplicará pelo valor constante da subcláusula 25.8.1 acima, comunicando-o ao **Poder Concedente**.
- 25.8.3** A verba de fiscalização será paga trimestralmente e recolhida à conta indicada pelo **Poder Concedente** até o quinto dia útil do primeiro mês subsequente ao trimestre vencido.
- 25.8.4** O valor da verba de fiscalização será reajustado anualmente, na mesma data dos reajustes da **Tarifa-Teto**, de acordo com o **IRT**.
- 25.8.5** É vedada, ao longo de todo o período do **Contrato**, a utilização da verba de fiscalização para qualquer tipo de compensação em reajustes ou revisões do **Contrato**.

Capítulo V - Remuneração da Concessionária

26 Regime Tarifário

26.1 Início da Cobrança da Tarifa

- 26.1.1** A cobrança da **Tarifa** dos **Usuários** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas em Trecho Operacional** somente poderá ter início após a conclusão do **Período de Testes** e a respectiva aprovação da **ANTT** para início da **Operação Comercial em Trecho Operacional**, em conformidade com o previsto na Cláusula 15 deste **Contrato**.

26.2 Liberdade Tarifária

- 26.2.1** A **Concessionária** terá liberdade na fixação da **Tarifa**, devendo, entretanto, observar, para o **Serviço Ferroviário com Tarifa-Teto**, o valor máximo da **Tarifa-Teto** de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos de real) por quilômetro, reajustado de acordo com a subcláusula 26.3.
- 26.2.2** A **Concessionária** não poderá dispensar tratamento tarifário discriminatório entre **Usuários** de um mesmo **Trecho Operacional, Classe** e horário de viagem que atendam às mesmas condições, salvo se tal diferenciação decorrer da cobrança de **Tarifas Promocionais**, conforme subcláusula 26.2.3 deste **Contrato**.
- 26.2.3** A **Concessionária** poderá estabelecer **Tarifas Promocionais** em horários ou carros específicos, observadas as seguintes regras:
- (i) não será obrigatório o oferecimento de **Tarifas Promocionais** em todas as poltronas disponibilizadas na mesma viagem ou carro;

- (ii) a **Concessionária** deverá comunicar à **ANTT** o período de vigência das **Tarifas Promocionais**, a linha, os horários, a quantidade de assentos ofertados e os respectivos percentuais de desconto no máximo até o 5º (quinto) dia útil após a data de início de seu oferecimento, por meio de mecanismo específico a ser previsto em regulamentação expedida pela **ANTT**; e
- (iii) protegidos os direitos dos passageiros que tenham adquirido bilhetes promocionais, as **Tarifas Promocionais** poderão ser livremente alteradas ou suprimidas pela **Concessionária**, de modo a aumentar a eficiência de suas operações.

26.2.4 A **Concessionária** deverá enviar relatório mensal à **ANTT** contendo a relação das **Tarifas** cobradas, divididas por **Classes** e **Trecho(s) Operacional(is)**, e a quantidade de poltronas comercializada em cada uma.

26.3 Reajustes da Tarifa-Teto

26.3.1 A **Tarifa-Teto** terá o seu primeiro reajuste contratual na data do início da **Operação Comercial** do **Serviço Ferroviário com Tarifa-Teto**, conforme fórmula constante da subcláusula 26.3.5.

26.3.2 A data-base para os reajustes seguintes de **Tarifa-Teto** será a data do primeiro reajuste, de forma que nos anos posteriores os reajustes da **Tarifa-Teto** serão realizados sempre no mesmo dia e mês em que foi realizado o primeiro reajuste.

26.3.3 Do valor do reajuste da **Tarifa-Teto** será deduzido o **Fator X**, estabelecido de acordo com os percentuais da tabela abaixo:

Período da Concessão	Fator X (%)
Até o 5º ano do início da Operação Comercial da integralidade do TAV Rio de Janeiro - Campinas	0
Do 6º ao 10º ano do início da Operação Comercial da integralidade do TAV Rio de Janeiro - Campinas	0,15

26.3.4 A partir do 11º ano do início da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, o cálculo do **Fator X** será objeto de regulamentação a ser estabelecida pela **ANTT**, com base em estudos de mercado por ela realizados, de modo a contemplar a

projeção de ganhos de produtividade operacionais do setor ferroviário brasileiro.

- 26.3.5** A **Tarifa-Teto** será reajustada anualmente para incorporar a variação do **IPCA**, conforme regulamentação específica da **ANTT**, devendo ser calculada pela seguinte fórmula:

$$\text{Tarifa-Teto no ano } i = \text{Tarifa-Teto} \times \text{IRT} \times (1 - \text{Fator } X)$$

onde: **IRT** = $\text{IPCA}_i / \text{IPCA}_o$, sendo que (i) **IPCA**_o significa o número-índice do **IPCA** do mês de dezembro de 2008; e (ii) **IPCA**_i significa o número-índice do **IPCA** do último mês disponível imediatamente anterior à data-base de reajuste da **Tarifa-Teto**.

- 26.3.6** Com 30 (trinta) dias de antecedência da data-base do reajuste, a **ANTT** comunicará à **Concessionária** os efeitos do reajuste na **Tarifa-Teto** e concederá prazo de 15 (quinze) dias para manifestação.
- 26.3.7** Os reajustes serão realizados conforme as subcláusulas 26.3.3 e 26.3.5 e serão homologados pela **ANTT** em até 5 (cinco) dias úteis após o prazo de manifestação da **Concessionária** de que trata a subcláusula 26.3.6.
- 26.3.8** A partir do 1º (primeiro) dia a contar da homologação do reajuste da **Tarifa-Teto** pela **ANTT**, fica a **Concessionária** autorizada a praticar a **Tarifa-Teto** reajustada.
- 26.3.9** Em caso de extinção de qualquer dos índices de reajuste previstos neste **Contrato**, observar-se-á o seguinte:
- (i) o índice a ser utilizado deverá ser aquele que o substituir;
 - (ii) caso nenhum índice venha a substituir automaticamente o índice extinto, as **Partes** deverão determinar, de comum acordo, o novo índice a ser utilizado; e
 - (iii) caso as **Partes** não cheguem a um acordo em até 45 (quarenta e cinco) dias após a extinção do referido índice de reajuste, a **ANTT** deverá determinar o novo índice de reajuste.

27 Receitas Extraordinárias

- 27.1** Será admitida a exploração de fontes alternativas e complementares de receitas ao **Serviço Ferroviário**, contanto que a exploração dessas atividades não comprometa os padrões de qualidade e de segurança do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** previstos neste **Contrato**, seus **Anexos** ou na legislação aplicável.

- 27.1.1** A exploração de **Receitas Extraordinárias** pela **Concessionária** poderá ser realizada por meio da contratação com terceiros, mediante prévia aprovação da **ANTT**.
- 27.2** A exploração de **Receitas Extraordinárias** deverá ser objeto de prévia autorização pela **ANTT**.
- 27.2.1** A proposta de exploração de **Receitas Extraordinárias** deverá ser apresentada pela **Concessionária** à **ANTT**, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao **Contrato**.
- 27.2.2** Uma vez aprovada pela **ANTT**, a **Concessionária** deverá manter contabilidade específica de cada contrato gerador das **Receitas Extraordinárias**, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.
- 27.3** Os convênios e autorizações para utilização da faixa de domínio do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** deverão obedecer às disposições regulamentares da **ANTT**.
- 27.4** O prazo de vigência de todos os contratos de atividades de exploração comercial celebrados pela **Concessionária** estará limitado ao prazo de vigência da **Concessão**.
- 27.4.1** Na hipótese de extinção da **Concessão** antes do advento do termo contratual, o **Poder Concedente** poderá se sub-rogar nos direitos da **Concessionária** geradores de **Receitas Extraordinárias**, caso assim lhe seja conveniente, sendo certo que, no caso de ausência de culpa da **Concessionária** na extinção da **Concessão**, nos termos das Cláusulas 38 e 40, a **Concessionária** fará jus a uma indenização pelos prejuízos sofridos e efetivamente comprovados em razão das perdas de **Receitas Extraordinárias** que houver suportado.
- 27.5** Com vista a favorecer a modicidade tarifária, o **Poder Concedente** terá direito à apropriação de 9% (nove por cento) do total da receita líquida advinda das **Receitas Extraordinárias**.
- 27.5.1** A parcela das **Receitas Extraordinárias** apropriada pelo **Poder Concedente** será revertida à modicidade tarifária no momento do reajuste anual da **Tarifa-Teto**.
- 27.6** A **Concessionária** poderá explorar como fonte de **Receitas Extraordinárias**, em regime de liberdade de preços, serviços de transporte de pequenas cargas subsidiários ao **Serviço Ferroviário**.
- 27.6.1** A exploração dos serviços de transporte de pequenas cargas dependerá de prévia autorização da **ANTT** e observará o disposto nesta Cláusula 27 e na regulamentação específica a ser editada pela **ANTT**.

- 27.6.2** No desempenho destas atividades, a **Concessionária** deverá respeitar este **Contrato**, seus **Anexos** e as disposições legais e regulamentares sobre a matéria.
- 27.6.3** Poderão ser objeto de transporte pela **Concessionária** as pequenas cargas que possam ser transportadas em vagões do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e movimentadas a partir dos terminais de passageiros, sem comprometer de qualquer forma a operação do **Serviço Ferroviário**.
- 27.6.4** A hipótese de livre cobrança pelo transporte de pequenas cargas prevista nesta subcláusula 27.6 não se aplica ao transporte de bagagens e bens dos passageiros do **Serviço Ferroviário**, que será objeto de regulamentação específica.
- 27.7** A **Concessionária** poderá explorar comercialmente como fonte de **Receitas Extraordinárias** as **Áreas Funcionais** das **Estações**, em regime de liberdade de preços, nos termos previstos na Cláusula 12 e nesta Cláusula 27.
- 27.8** Tendo em vista o caráter indenizatório do ressarcimento da **Concessionária** por todos os custos incorridos com eventual direito de passagem previsto na Cláusula 21, esses pagamentos não correspondem a **Receitas Extraordinárias** e não se encontram, portanto, sujeitos ao disposto na subcláusula 27.5.

Capítulo VI - Equação Econômico-Financeira do Contrato

28 Alocação de Riscos

- 28.1** Com exceção dos casos expressa e nomeadamente previstos neste **Contrato**, a **Concessionária** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à **Concessão**, incluindo, mas não se limitando aos seguintes riscos:
- 28.1.1** volume de passageiros em desacordo com as projeções da **Concessionária** ou do **Poder Concedente**;
- 28.1.2** obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à **Concessão**, com exceção das hipóteses previstas neste **Contrato**;
- 28.1.3** riscos decorrentes de erros, vícios, danos, custos excedentes e prazos constantes do **Projeto Funcional** e todas as suas consequências técnicas e econômicas;
- 28.1.4** prazos, obrigações, pagamentos e custos excedentes relacionados aos **Trabalhos** e aos serviços objeto da **Concessão**;
- 28.1.5** atraso no cumprimento dos cronogramas previstos no **Projeto Executivo**, no **PEF**, no **Projeto Funcional** ou de outros prazos

estabelecidos entre as **Partes** ao longo da vigência do **Contrato**, que sejam de sua atribuição, exceto nos casos previstos neste **Contrato**;

- 28.1.6** riscos decorrentes do padrão tecnológico de **TAV** ofertado e da **Tecnologia** empregada nas obras, bens e serviços da **Concessão**;
- 28.1.7** perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos **Bens da Concessão**, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização da **ANTT**;
- 28.1.8** manifestações sociais ou públicas que afetem de qualquer forma a execução das obras ou a prestação dos serviços objetos do **Contrato** por:
- (i) até 15 (quinze) dias, sucessivos ou não, a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da **Data de Assunção**, caso as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros oferecidos para projetos a serem implantados no Brasil na data de sua ocorrência; e
 - (ii) até 90 (noventa) dias a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da **Data de Assunção**, se as perdas e danos causados por tais eventos se sujeitarem à cobertura de seguros oferecidos para projetos a serem implantados no Brasil na data de sua ocorrência;
- 28.1.9** aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros;
- 28.1.10** variação das taxas de câmbio;
- 28.1.11** contratação e aquisição da energia elétrica necessária à operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, de acordo com a regulamentação aplicável ao setor elétrico;
- 28.1.12** risco de insuficiência ou aumento dos custos relacionados ao fornecimento de energia elétrica para operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, ressalvadas as hipóteses das subcláusulas 28.2.12 e 28.2.13;
- 28.1.13** prazos, custos e obrigações decorrentes do fornecimento e a instalação dos equipamentos necessários para o funcionamento das subestações de rebaixamento/elevação de energia dentro do sítio do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a obtenção da licença ambiental de operação para o funcionamento das subestações;
- 28.1.14** prazos, custos e obrigações decorrentes da construção das linhas de distribuição a partir das entradas das edificações de subestações do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, incluindo o fornecimento e a

instalação dos equipamentos necessários, bem como a obtenção das licenças ambientais de operação;

- 28.1.15 modificações na legislação de Imposto sobre a Renda;
 - 28.1.16 caso fortuito e força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos para projetos a serem implantados no Brasil, em condições normais de mercado, à época de sua ocorrência;
 - 28.1.17 prevenção, recuperação, remediação e gerenciamento do passivo ambiental relacionado ao objeto da **Concessão**, cujo fato gerador tenha ocorrido após a **Data de Assunção** e não seja decorrente da construção da **Infraestrutura**;
 - 28.1.18 recuperação, remediação e gerenciamento do passivo ambiental relacionado ao objeto da **Concessão**, cujo fato gerador tenha ocorrido antes da **Data de Assunção**, nos casos em que este passivo tenha sido expressamente identificado no **Contrato** e em seus **Anexos** e tenha sido atribuído à **Concessionária**;
 - 28.1.19 responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes dos **Trabalhos** e da operação e manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
 - 28.1.20 riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos para projetos a serem implantados no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de sê-lo como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da **Concessionária**;
 - 28.1.21 possibilidade de a inflação de um determinado período ser superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste da **Tarifa-Teto** ou de outros valores previstos no **Contrato** para o mesmo período;
 - 28.1.22 prejuízos causados a terceiros, pela **Concessionária** ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela **Concessão**;
 - 28.1.23 prejuízos advindos da fixação dos valores cobrados a título de **Tarifas**;
e
 - 28.1.24 vícios ocultos dos **Bens da Concessão** por ela construídos, adquiridos, arrendados ou locados para operação e manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** ao longo da **Concessão**, ressalvado o disposto nas subcláusula 28.2.1 e 28.2.2.
- 28.2 A **Concessionária** não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à **Concessão**, cuja responsabilidade é do **Poder Concedente**:
- 28.2.1 erros, vícios, danos e prazos decorrentes da elaboração do **Projeto Executivo**, exceto se decorrerem do **Projeto Funcional**;

- 28.2.2** prazos, obrigações, pagamentos e custos relacionados à construção e disponibilização da **Infraestrutura** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, inclusive eventuais vícios ocultos;
- 28.2.3** prazos, custos e obrigações decorrentes da obtenção das licenças ambientais prévias e das licenças ambientais de instalação da **Infraestrutura**, da proteção acústica, dos **Sistemas**, do material rodante e dos equipamentos de manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, observado o previsto na subcláusula 28.2.12;
- 28.2.4** prazos, obrigações, pagamentos e custos referentes às **Desapropriações** necessárias para a construção e operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**;
- 28.2.5** custos adicionais ou prejuízos decorrentes da indisponibilidade da **Infraestrutura** ou da interrupção da **Operação Comercial**, desde que a **Concessionária** não tenha concorrido, com o seu comportamento, para tal indisponibilidade ou interrupção, observado o regime constante deste **Contrato**;
- 28.2.6** manifestações sociais ou públicas que afetem de qualquer forma a execução das obras ou a prestação dos serviços relacionados ao **Contrato**, quando tais eventos excederem os períodos estabelecidos na subcláusula 28.1.8 acima, hipótese na qual a responsabilidade do **Poder Concedente** se resume ao período excedente aos prazos referidos na aludida subcláusula;
- 28.2.7** decisão arbitral, judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a **Concessionária** de cobrar a **Tarifa** de acordo com o estabelecido no **Contrato**, exceto nos casos em que a **Concessionária** houver dado causa a tal decisão;
- 28.2.8** descumprimento, pelo **Poder Concedente**, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao **Poder Concedente** previstos neste **Contrato** e/ou na legislação vigente;
- 28.2.9** custos adicionais ou prejuízos decorrentes de atrasos causados pelo **Poder Concedente** na emissão de autorizações e licenças ou na execução de atos que sejam de sua responsabilidade, bem como na disponibilização da **Infraestrutura**;
- 28.2.10** caso fortuito ou força maior que não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos para projetos a serem implantados no Brasil, em condições normais de mercado, à época de sua ocorrência;
- 28.2.11** alterações na legislação e regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos, que alterem a composição econômico-financeira da **Concessionária**, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;

28.2.12 prazos, custos e obrigações decorrentes da construção das linhas de transmissão e de distribuição, da construção e fornecimento de equipamentos das subestações de rebaixamento/elevação de energia da rede pública e da construção das subestações do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** dentro do sítio do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como a obtenção das licenças ambientais, ressalvada a responsabilidade da **Concessionária** pela obtenção da licença ambiental de operação de rebaixamento/elevação de energia dentro do sítio do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, nos termos da cláusula 14.8;

28.2.13 interrupção do fornecimento de energia elétrica para operação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** ensejada por falha no sistema que não seja de responsabilidade da **Concessionária** ou de seu fornecedor de energia elétrica, ou que não pudesse ser evitada pelo seu comportamento;

28.2.14 prevenção, recuperação, remediação e gerenciamento do passivo ambiental que não esteja relacionado ao objeto da **Concessão**; e

28.2.15 ônus econômicos decorrentes de novos investimentos em infraestrutura em função da decisão do **Poder Concedente** de ampliar a capacidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, ainda que a **Concessionária** venha a assumir os atos materiais necessários para tal ampliação.

28.3 A **Concessionária** declara:

- (i) ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no **Contrato**; e
- (ii) ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua **Proposta Econômica**.

28.4 A **Concessionária** não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no **Contrato** e, mais especificamente, na subcláusula 28.1, venham a se materializar, especialmente a frustração da demanda projetada pela **Concessionária** ou pelo **Poder Concedente**.

29 **Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro**

29.1 **Cabimento da Recomposição**

29.1.1 Sempre que atendidas as condições do **Contrato** e mantida a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

29.1.2 A **Concessionária** somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses previstas nas subcláusulas 9.6 e 28.2, bem como nos demais casos expressamente previstos no **Contrato**, desde que o evento ocorrido efetivamente altere as condições originalmente pactuadas.

29.1.3 A **ANTT** poderá efetuar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro diante de evento que altere as condições inicialmente previstas no **Contrato** e provoque comprovado impacto em sua equação econômico-financeira, observada a alocação de riscos e o disposto neste **Contrato**.

29.2 Procedimento para Pleito de Recomposição pela Concessionária

29.2.1 O procedimento para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pela **Concessionária** será o seguinte:

- (i) a **Concessionária** (“**Postulante**”) deverá enviar notificação de solicitação de recomposição à **ANTT** (“**Postulada**”), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento ensejador da recomposição;
- (ii) dentro de 15 (quinze) dias a contar da data da entrega da notificação, a **Postulante** poderá enviar à **Postulada** uma segunda notificação, fornecendo detalhes sobre o evento ensejador da recomposição, bem como, se for o caso, informações sobre:
 - (a) data da ocorrência e provável duração do evento ensejador da recomposição;
 - (b) tempo necessário para compensar eventuais atrasos nos cronogramas previstos no **PEF**, no **Projeto Funcional** e no **Projeto Executivo**;
 - (c) estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, ou variação de receitas;
 - (d) qualquer alteração necessária nas obras e nos serviços objeto do **Contrato**;
 - (e) eventual necessidade de aditamento do **Contrato**; e
 - (f) eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações, de quaisquer das **Partes**.
- (iii) dentro de 20 (vinte) dias a contar da data da entrega da primeira notificação, a **ANTT** estabelecerá prazo para que a **Postulante** faça a comprovação dos fatos e das condições que ensejaram a solicitação de recomposição do equilíbrio, demonstrando especialmente que:

- (a) a hipótese ensejadora da recomposição foi a causa direta dos investimentos, custos ou despesas adicionais, da perda ou aumento de receita ou descumprimento dos requisitos ou cronogramas previstos no **PEF**, no **Projeto Funcional** e no **Projeto Executivo**; e
- (b) os investimentos, custos ou despesas adicionais, a perda ou aumento de receita, o descumprimento dos **Parâmetros de Desempenho** previstos no **PEF** ou cronogramas previstos no **PEF**, no **Projeto Funcional** e no **Projeto Executivo** e a liberação do cumprimento de certas obrigações contratuais não puderam ou não poderiam ser evitados, mitigados ou recuperados pela **Concessionária** ou por seus contratados, atuando com diligência, prudência e perícia, por meio da adoção de medidas que estivessem ou estejam a seu alcance.
- (iv) a **ANTT** examinará as informações fornecidas pela **Concessionária** e decidirá, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data da comprovação dos fatos e das condições que ensejaram a solicitação de recomposição, pelo cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sendo que o referido prazo poderá ser prorrogado, justificadamente, a critério da **ANTT**.

29.2.2 O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo **Poder Concedente** deverá ser objeto de comunicação à **Concessionária**, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes, sendo, então, conferido prazo de 45 (quarenta e cinco) dias à **Concessionária** para que esta se manifeste acerca da proposta, aceitando-a ou rejeitando-a.

29.3 Meios para a Recomposição

29.3.1 Ao final do procedimento indicado na subcláusula anterior, caso a recomposição tenha sido julgada cabível, a **ANTT** deverá adotar, a seu exclusivo critério, uma ou mais formas de recomposição que julgar adequadas, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) aumento ou redução do valor da **Tarifa-Teto**;
- (ii) aumento, redução ou quaisquer outras alterações no método de cálculo, forma ou momento de pagamento do **Valor de Referência do Pagamento pela Outorga**;
- (iii) pagamento à **Concessionária**, pelo **Poder Concedente**, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que

tenham sido efetivamente incorridos ou do valor equivalente à perda de receita efetivamente ocorrida;

- (iv) modificação de obrigações contratuais da **Concessionária**, de forma proporcional e diretamente relacionadas ao evento provocador da recomposição; ou
- (v) diminuição ou extensão do prazo para a realização dos **Trabalhos** ou para a operação, manutenção e conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

29.3.2 No caso de utilização do mecanismo previsto na subcláusula 29.3.1(v) acima, a soma de eventuais prorrogações contratuais deverá limitar-se ao prazo máximo de 20 (vinte) anos.

29.4 Critérios e Princípios para a Recomposição

29.4.1 Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no **Contrato**.

29.4.2 Em quaisquer hipóteses, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se dará por meio da neutralização do **Fluxo de Caixa Marginal**, nos termos da subcláusula 29.5.

29.5 Fluxo de Caixa Marginal

29.5.1 O processo de recomposição será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do **Fluxo de Caixa Marginal** projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando:

- (i) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição; e
- (ii) os fluxos das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

29.5.2 Os fluxos dos dispêndios e das receitas marginais referidos na subcláusula 29.5.1 acima serão descontados pelo emprego da metodologia do *Weighted Average Capital Cost* (WACC), referente ao Custo Médio Ponderado do Capital.

29.5.3 O valor de WACC será aquele calculado pela **ANTT**, segundo metodologia a ser regulamentada, para o ano em que ocorrer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

29.5.4 Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas resultantes do evento que deu causa ao reequilíbrio.

29.5.5 Para fins de determinação dos fluxos das receitas marginais em que seja necessário adotar uma projeção de demanda, será utilizado o seguinte procedimento, em duas etapas:

- (i) no momento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o cálculo inicial para dimensionamento da recomposição considerará a demanda real constatada nos anos anteriores e adotará as melhores práticas para elaboração da projeção de demanda a partir da referida data até o encerramento da **Concessão**;
- (ii) periodicamente, o referido cálculo inicial será revisado para o fim de considerar os volumes reais de demanda constatados desde a data do cálculo inicial.

29.6 Projeto básico para novos investimentos

29.6.1 Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pela **ANTT** e não previstos no **Contrato**, a **ANTT** poderá requerer à **Concessionária**, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração do projeto básico das obras e serviços, considerando que:

- (i) referido projeto básico deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da **Concessionária**, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pela **ANTT** sobre o assunto;
- (ii) a **ANTT** estabelecerá o valor limite do custo dos projetos e estudos a serem considerados para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

29.6.2 Nas hipóteses previstas na subcláusula 29.6.1 acima, o **Poder Concedente** poderá se valer de todos os meios de recomposição referidos na subcláusula 29.3.

29.7 Recomposição em caso de impactos decorrentes do Projeto Executivo

29.7.1 Caso o relatório previsto na subcláusula 9.5 aponte a ocorrência de impactos na equação econômico-financeira em razão da alteração das diretrizes do **Projeto Funcional** pelo **Projeto Executivo**, será instaurado processo de revisão do **Contrato**, com vistas ao restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro.

29.7.2 O processo de revisão será instaurado pelo **Poder Concedente** de ofício ou a pedido da **Concessionária**.

- 29.7.3** O processo de revisão será concluído mediante acordo das **Partes**, seus resultados serão devidamente documentados e, caso importem em alterações do **Contrato**, serão incorporados em aditivo contratual.
- 29.7.4** O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da manifestação de qualquer das **Partes**, conforme subcláusula 29.7.2, após o que qualquer **Parte** que se sentir prejudicada poderá recorrer à arbitragem, conforme previsto na Cláusula 43.
- 29.7.5** As **Partes** poderão ser assistidas por consultores técnicos de qualquer especialidade no curso do processo de revisão e os laudos, estudos, pareceres ou opiniões emitidos por estes deverão ser encartados ao processo de modo a explicitar as razões que levaram as **Partes** ao acordo final.
- 29.7.6** As reuniões, audiências ou negociações realizadas no curso do processo de revisão deverão ser devidamente registradas.
- 29.7.7** A revisão poderá ser implementada por quaisquer dos meios previstos na subcláusula 29.3.

Capítulo VII - Estrutura jurídica da Concessionária, Financiamento, Garantias e Seguros

30 Transferência do Controle e Período de Permanência

30.1 Qualquer transferência no **Controle** direto ou indireto da **Concessionária** deverá observar o disposto na subcláusula 30.1.1 abaixo e ser previamente autorizada pela **ANTT**, nos termos da lei.

30.1.1 Para a aprovação da transferência do **Controle** da **Concessionária** pela **ANTT**, deverão ser comprovados os seguintes requisitos:

- (i) capacidade técnica, jurídica, financeira e fiscal da nova **Controladora** com relação às obrigações da **Concessionária** no momento da transferência;
- (ii) aceitação, por parte da nova **Controladora**, de todos os termos e condições deste **Contrato**; e
- (iii) aceitação da operação de transferência de **Controle** pelos **Financiadores**.

30.2 A **Concessionária** e o **Acionista Privado** deverão comunicar à **ANTT**, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, nos seguintes casos de alteração na composição acionária da **Concessionária**:

- (i) quando qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, atinja participação, direta ou

indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do total de ações do emissor de uma mesma espécie ou classe;

- (ii) variações nas posições acionárias das pessoas mencionadas no item anterior superiores a 5% (cinco por cento) do total de ações do emissor de uma mesma espécie ou classe; e
- (iii) variações nas posições acionárias dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, da **Concessionária** ou do **Acionista Privado**, iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) do total de ações do emissor de uma mesma espécie ou classe.

30.2.1 Para os fins deste **Contrato**, presume-se que estejam sempre representando um mesmo interesse os conglomerados financeiros, as sociedades coligadas, controladas, associadas ou vinculadas uma a outra sob qualquer forma, assim como os investidores institucionais em relação às entidades pelas quais sejam administrados ou estejam ligados, sem prejuízo de que outras pessoas venham a ser identificadas como integrantes de um mesmo grupo de interesses.

30.3 Exceto nas hipóteses excepcionadas nas subcláusulas 30.3.1 e 30.4 abaixo, o **Acionista Privado** e os acionistas do **Acionista Privado** deverão observar os seguintes tempos mínimos de permanência no capital social da **Concessionária**:

- (i) no caso dos acionistas do **Acionista Privado** que participem do processo de **Transferência de Tecnologia**, o período mínimo de permanência será de 5 (cinco) anos ou corresponderá ao período de duração do **Programa de Absorção e Transferência de Tecnologia**, conforme disposto no **Anexo 7**, o que for maior;
- (ii) no caso dos demais acionistas do **Acionista Privado** que não estejam enquadrados na hipótese anterior, o período mínimo de permanência será de 5 (cinco) anos após o início da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

30.3.1 A **ANTT** poderá, excepcionalmente e mediante motivação específica lastreada em relevante interesse público, admitir a substituição de acionista do **Acionista Privado** antes do período mínimo previsto na subcláusula 30.3, desde que a entrada do novo membro:

- (i) não provoque a perda de quaisquer dos requisitos da outorga, inclusive das garantias, da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, ou ainda da qualificação técnica e econômico-financeira; e
- (ii) não coloque em risco a continuidade da execução do **Serviço Ferroviário** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** ou da **Concessão**.

30.4 O prazo mínimo de permanência previsto na subcláusula 30.3 não se aplica para os fundos de investimentos ou entidades fechadas de previdência complementar,

constituídos na forma da lei e devidamente autorizados a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ou pela Secretaria de Previdência Complementar, conforme aplicável, que poderão alienar ou adquirir participação no **Acionista Privado** a qualquer momento durante a **Concessão**, sendo que a prévia autorização da **ANTT** somente será necessária quando tal operação envolver a transferência do **Controle** ou a alteração da capacidade técnica ou financeira necessária para a execução do **Contrato**.

30.5 As **Subcontratadas Principais** e as **Detentoras de Tecnologia** deverão observar os seguintes tempos mínimos de vinculação à **Concessão**:

- (i) no caso das **Subcontratadas Principais** e das **Detentoras de Tecnologia** que participem do processo de **Transferência de Tecnologia**, o período mínimo de permanência será de 5 (cinco) anos ou corresponderá ao período de duração do **Programa de Absorção e Transferência de Tecnologia**, conforme disposto no **Anexo 7**, o que for maior;
- (ii) no caso das demais **Subcontratadas Principais** que não estejam enquadradas na hipótese anterior, o período mínimo de permanência será de 5 (cinco) anos após o início da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

30.5.1 Admitir-se-á a substituição excepcional das **Subcontratadas Principais** e das **Detentoras de Tecnologia** antes do prazo de permanência mínima estabelecido na subcláusula 30.5, mediante motivação específica e aprovação da **ANTT**, nas mesmas condições previstas na subcláusula 30.3.1.

30.5.2 Caberá à **Concessionária** assegurar-se que aquelas pessoas jurídicas e físicas, bem como os meios materiais, que motivaram a sua pré-qualificação estarão, durante a execução do **Contrato**, à frente da execução das atividades associadas àquelas indicadas na fase de pré-qualificação.

30.6 A **Concessionária** deverá registrar-se como companhia de capital aberto junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em até 8 (oito) anos a partir do início da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, devendo cumprir todas as obrigações de divulgação de informações aplicáveis.

31 Financiamento e Assunção do Controle pelos Financiadores

31.1 A **Concessionária** é a única e exclusiva responsável pela seleção dos **Financiadores** e pela obtenção dos financiamentos necessários à exploração da **Concessão**, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas no **Contrato**.

31.2 A **Concessionária** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) **Contrato(s) de Financiamento**, ou qualquer atraso no

desembolso dos recursos pelos **Financiadores**, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas no **Contrato**.

31.3 A **Concessionária** poderá dar em garantia dos financiamentos contratados, nos termos desta Cláusula, os direitos emergentes da **Concessão**, tais como as receitas de exploração do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução das obras e dos serviços objeto da **Concessão**.

31.3.1 Poderão ser empenhados, cedidos ou de qualquer outra forma transferidos diretamente aos **Financiadores** ou prestadores de garantia, desde que observados os limites, os requisitos legais e as regras constantes do anexo 5 do **Edital**, os direitos à percepção:

- (i) das receitas oriundas da cobrança da **Tarifa**;
- (ii) das **Receitas Extraordinárias**; e
- (iii) das indenizações devidas à **Concessionária** em virtude do **Contrato**.

31.4 Além de outras restrições contidas nos anexo 5, anexo 9 e anexo 10, todos do **Edital**, é vedado à **Concessionária**:

- (i) conceder empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para quaisquer **Controladas, Controladoras e Coligadas**, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado; e
- (ii) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas **Coligadas** ou terceiros.

31.5 Os **Contratos de Financiamento** da **Concessionária** poderão outorgar aos **Financiadores** ou prestadores de garantia, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis e conforme o instrumento considerado mais apropriado, o direito de assumir o **Controle** da **Concessionária** em caso de inadimplemento contratual pela **Concessionária** dos referidos **Contratos de Financiamento** ou deste **Contrato**.

31.5.1 A assunção do **Controle** da **Concessionária** pelos **Financiadores** ou prestadores de garantia não alterará as obrigações da **Concessionária** e de seus **Controladores** perante o **Poder Concedente**. Todavia, os **Financiadores** não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta das antigas **Controladoras** da **Concessionária**.

31.5.2 A assunção referida na subcláusula 31.5 poderá ocorrer no caso de inadimplemento, pela **Concessionária**, de obrigações do **Contrato**,

nos casos em que o inadimplemento inviabilize ou coloque em risco a **Concessão**.

31.6 Após a instauração regular do correspondente processo administrativo emergencial, em no máximo 5 (cinco) dias após o recebimento da respectiva solicitação dos **Financiadores** ou prestadores de garantia, a **ANTT** autorizará a assunção do **Controle** da **Concessionária** por seus **Financiadores** com o objetivo de promover a reestruturação financeira da **Concessionária** e assegurar a continuidade da exploração da **Concessão**.

31.6.1 A autorização será outorgada mediante comprovação, por parte dos **Financiadores** ou prestadores de garantia, de que atendem aos requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista previstos no **Edital**.

31.6.2 Os **Financiadores** ou prestadores de garantia ficarão dispensados de demonstrar idoneidade financeira, desde que estejam devidamente autorizados a atuar como instituição financeira no Brasil.

31.7 A **Concessionária** se compromete a fornecer documentação e informações que porventura venham a ser solicitadas pela **ANTT** e por órgãos de controle externo existentes no País, de forma a dar transparência a financiamentos obtidos, ressalvado o disposto na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

32 Garantia de Execução do Contrato

32.1 A contar da celebração do **Contrato**, a **Concessionária** deverá manter, em favor da **ANTT**, como garantia do fiel cumprimento de suas obrigações contratuais, garantia nos montantes indicados na tabela abaixo ("**Garantia de Execução do Contrato**"):

Etapa do Contrato	Valor
Da data de assinatura do Contrato até a autorização para o início da Operação Comercial do último Trecho Operacional	R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)
Da autorização para o início da Operação Comercial da integralidade do TAV Rio de Janeiro-Campinas até o fim do prazo para a operação, manutenção e conservação do TAV Rio de Janeiro - Campinas	R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)

32.2 O valor da **Garantia de Execução do Contrato** entre a data de assinatura do **Contrato** até a autorização para o início da **Operação Comercial** da integralidade do **TAV Rio de Janeiro-Campinas** poderá ser reduzido à medida que fique demonstrada a execução do **Cronograma Físico-Financeiro dos Investimentos**, de acordo com a tabela abaixo:

Percentual de execução do Cronograma Físico-Financeiro	Percentual do valor exigido da Garantia de Execução do Contrato
20%	90%
40%	80%
60%	70%
80%	60%
100%	50%

32.2.1 A aferição da efetiva execução do **Cronograma Físico-Financeiro dos Investimentos**, para fins de aplicação da redução proporcional do valor da **Garantia de Execução do Contrato**, será realizada pela **ANTT**, mediante solicitação de reajuste do valor da **Garantia de Execução do Contrato** enviada pela **Concessionária**.

32.3 A **Garantia de Execução do Contrato** será reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da **Tarifa-Teto**, de acordo com a fórmula: **Garantia de Execução do Contrato** x IRT.

32.4 A **Garantia de Execução do Contrato**, a critério da **Concessionária**, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- (i) caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- (ii) seguro-garantia, cuja apólice deve observar, no mínimo, o conteúdo do **Anexo 4**; ou
- (iii) fiança bancária, na forma do modelo que integra o **Anexo 4**.

32.5 As cartas de fiança bancária e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano, sendo de inteira responsabilidade da

Concessionária mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a vigência da **Concessão**, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

32.5.1 Qualquer modificação nos conteúdos da carta de fiança bancária ou do seguro-garantia deverá ser previamente submetida à aprovação da **ANTT**.

32.5.2 A **Concessionária** deverá encaminhar à **ANTT**, na forma da regulamentação vigente, documento comprobatório de que a carta de fiança bancária ou apólice do seguro-garantia foi renovada e teve seu valor reajustado na forma da subcláusula 32.3.

32.6 A **Concessionária** sujeitar-se-á às penalidades previstas neste **Contrato** caso não renove a **Garantia de Execução do Contrato** nos prazos e condições previstos nesta Cláusula.

32.6.1 Previamente à aplicação da penalidade, o **Poder Concedente** concederá prazo de 15 (quinze) dias para que a **Concessionária** obtenha ou retifique a **Garantia de Execução do Contrato**.

32.6.2 Se, após transcurso do prazo previsto na subcláusula 32.6.1, a **Concessionária** ainda não tiver sanado todas as irregularidades relacionadas à **Garantia de Execução do Contrato**, o **Poder Concedente** poderá contratar a **Garantia de Execução do Contrato** no lugar e às expensas da **Concessionária**, sem prejuízo da aplicação da penalidade.

32.7 Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no **Contrato** e na regulamentação vigente, a **Garantia de Execução do Contrato** poderá ser utilizada nos seguintes casos, no montante necessário para cobrir o inadimplemento, bem como eventuais custos e danos decorrentes desse inadimplemento:

- (i) quando a **Concessionária** não executar as obrigações previstas no **PEF**, no **Projeto Funcional** e no **Projeto Executivo** ou as intervenções necessárias ao atendimento dos **Parâmetros de Desempenho**, ou ainda quando as executar em desconformidade com o estabelecido;
- (ii) quando a **Concessionária** não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do **Contrato** e de regulamentos da **ANTT**;
- (iii) nos casos de devolução de **Bens Reversíveis** em desconformidade com as exigências estabelecidas no **Contrato**, incluindo, mas não se limitando, às obrigações do **PEF** e demais exigências estabelecidas pela **ANTT**;
- (iv) quando a **Concessionária** não efetuar, no prazo devido, o **Pagamento pela Outorga**, conforme previsto na Cláusula 22, o pagamento da verba de fiscalização, conforme previsto na subcláusula 25.8, bem como de quaisquer outras indenizações ou obrigações pecuniárias de responsabilidade da **Concessionária** relacionadas à **Concessão**; ou

- (v) quando a União ou entidade de sua administração direta ou indireta vier a ser responsabilizada em razão da ação ou omissão da **Concessionária**.

32.8 A **Garantia de Execução do Contrato** também poderá ser executada sempre que a **Concessionária** não adotar providências para sanar inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, sem qualquer outra formalidade além do envio de notificação pela **ANTT**, na forma da regulamentação vigente, o que não eximirá a **Concessionária** das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**.

32.9 A **Concessionária** permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da **Garantia de Execução do Contrato**.

32.10 Sempre que a **ANTT** utilizar a **Garantia de Execução do Contrato**, a **Concessionária** deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a **Concessionária** não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**.

33 Seguros

33.1 Durante toda a vigência do **Contrato**, a **Concessionária** deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro indicadas na subcláusula 33.5 abaixo, em condições estabelecidas pela **ANTT**, conforme regulamentação.

33.1.1 As apólices devem ser contratadas com seguradoras e resseguradoras de primeira linha, assim entendidas aquelas cuja classificação de força financeira em escala nacional ou equivalente global seja superior ou igual a “Aa2.br”, “brAA” ou “AA(br)”, conforme divulgado pelas agências de risco Moody’s, Standard & Poors ou Fitch, respectivamente.

33.2 Nenhuma obra ou serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a **Concessionária** apresente à **ANTT** comprovação de que as apólices dos seguros exigidos no **Contrato** se encontram em vigor e observam as condições estabelecidas pela **ANTT**, conforme regulamentação.

33.2.1 Em até 15 (quinze) dias antes do início de qualquer obra ou serviço, a **Concessionária** deverá encaminhar à **ANTT** cópia autenticada das apólices de seguro, juntamente com os respectivos planos de trabalho.

33.3 A **ANTT** deverá figurar como um dos cossegurados nas apólices de seguros referidas neste **Contrato**, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices ser previamente autorizado pela **ANTT**.

33.3.1 As apólices de seguros poderão estabelecer como beneficiário da indenização qualquer **Financiador**.

- 33.3.2** As apólices de seguros deverão prever a indenização direta à **ANTT** nos casos em que ela seja responsabilizada por eventual sinistro.
- 33.4** Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, a **ANTT** aplicará multa, conforme regulamentação, até apresentação das referidas apólices ou do respectivo endosso, sem prejuízo de outras medidas previstas no **Contrato**.
- 33.5** Durante toda a vigência do **Contrato**, a **Concessionária** deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:
- 33.5.1** *Seguro de risco de engenharia*: corresponde ao seguro de risco de engenharia, a ser mantido durante a execução dos Trabalhos, para obras civis em construção, instalação, montagem e demais atividades relacionadas aos Trabalhos a serem realizados pela Concessionária, do tipo “todos os riscos”, incluindo a cobertura de testes e riscos do fabricante (quando não houver garantia do fabricante);
- 33.5.2** *Seguro de danos materiais*: corresponde ao seguro de riscos operacionais, a ser mantido a partir do início do período de testes do TAV Rio de Janeiro – Campinas e durante a vigência do Contrato, do tipo “todos os riscos”, incluindo, mas não se limitando a: cobertura de danos materiais, de incêndio, danos decorrentes de tumulto, raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e de equipamentos eletrônicos, e cobertura relativa às máquinas e equipamentos da Concessão; e
- 33.5.3** *Seguro de responsabilidade civil*: corresponde ao seguro de responsabilidade civil, a ser mantido durante toda a vigência do Contrato, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, incluindo o Poder Concedente.
- 33.6** Os montantes cobertos pelos seguros de riscos de engenharia de danos materiais e pelos seguros de responsabilidade civil, incluídos os danos morais abrangidos, deverão atender os limites máximos de indenização calculados com base no maior dano provável.
- 33.7** A **Concessionária** deverá informar à **ANTT** todos os bens cobertos pelos seguros e a forma de cálculo do limite máximo de indenização de cada apólice de seguro.
- 33.8** A **Concessionária** assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata o **Contrato**.

- 33.9** A **Concessionária** é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no **Contrato**.
- 33.10** Nas apólices de seguros deverá constar a obrigação das seguradoras de informar, imediatamente, à **Concessionária** e à **ANTT**:
- (i) as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem no cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas;
 - (ii) eventuais atrasos ou não pagamentos de prêmios.
- 33.11** As apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da **Data de Assunção**, devendo ser renovadas sucessivamente por igual período mínimo durante a vigência da **Concessão**.
- 33.12** As apólices de seguro não poderão conter quaisquer obrigações, restrições ou disposições que contrariem este **Contrato**, e deverão conter previsão expressa das seguradoras no sentido de que conhecem integralmente as disposições do **Edital** e do **Contrato**, bem como de seus respectivos anexos.
- 33.13** A **Concessionária** deverá encaminhar à **ANTT**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento.
- 33.13.1** Caso a **Concessionária** não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, a **ANTT** poderá contratar os seguros e cobrar da **Concessionária** o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico do **Contrato**, sem eximir a **Concessionária** das penalidades previstas neste **Contrato**.
- 33.13.2** Nenhuma responsabilidade será imputada à **ANTT** caso ela opte por não contratar seguro cuja apólice não foi apresentada no prazo previsto pela **Concessionária**.
- 33.14** A **Concessionária**, com autorização prévia da **ANTT**, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência do **Contrato**.
- 33.15** A **Concessionária** deverá encaminhar anualmente à **ANTT** cópia autenticada das apólices dos seguros vigentes.

Capítulo VIII - Penalidades e Extinção da Concessão

34 Penalidades

34.1 O não cumprimento das Cláusulas deste **Contrato**, de seus **Anexos**, do **Edital** e das normas e regulamentos editados pela **ANTT** ensejará a aplicação das penalidades previstas nesses instrumentos e nos demais dispositivos legais e regulamentares da **ANTT**, garantida a prévia defesa.

34.2 Por atraso no início da **Operação Comercial** de **Trecho Operacional**, conforme prazo estabelecido no **Projeto Executivo**, a **ANTT** aplicará multa moratória, por dia de atraso, de acordo com a extensão do **Trecho Operacional** em atraso.

34.2.1 Para o cálculo do valor da multa a ser aplicada em caso de atraso no início da **Operação Comercial** de **Trecho Operacional**, será considerada a proporção da extensão do **Trecho Operacional** (em quilômetros) em relação ao valor para toda a extensão do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** (em quilômetros), conforme definido na tabela a seguir:

Multa moratória por dia de atraso	URT
Atraso no início da Operação Comercial (valor para toda a extensão do TAV Rio de Janeiro - Campinas)	2.260

34.3 Pelo descumprimento das disposições previstas no(s) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia**, a **ANTT** aplicará multa no valor definido na tabela a seguir:

Multa moratória por dia de atraso	URT
Descumprimento das disposições previstas em Contrato de Transferência de Tecnologia	170

34.4 Pela interrupção da **Operação Comercial** em qualquer **Trecho Operacional**, em decorrência de ação ou omissão da **Concessionária**, a **ANTT** aplicará multa no valor definido na tabela a seguir:

Multa moratória por dia de interrupção	URT
Interrupção / suspensão do plano de operação ferroviária acima de 24 (vinte e quatro) horas	776

34.5 Pela inexecução parcial ou total deste **Contrato** ou desrespeito às normas aplicáveis ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, a **ANTT** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **Concessionária** as seguintes sanções:

- (i) advertência;
- (ii) multa de até 1.025.000 (um milhão e vinte cinco) **URT**;
- (iii) rescisão contratual, na forma prevista neste **Contrato**.

34.6 A critério da **ANTT** e mediante expressa aceitação da **Concessionária**, as multas aplicadas à **Concessionária** poderão ser revertidas pela obrigação de realização de novos investimentos em benefício dos **Usuários** do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.

34.7 O processo administrativo de aplicação de penalidades observará o disposto na legislação vigente e nas normas da **ANTT**.

34.8 Na aplicação das sanções será observada regulamentação da **ANTT** quanto à graduação da gravidade das infrações, bem como quanto ao prazo e às condições de pagamento de referidas penalidades, observando-se ainda os direitos ao contraditório e à ampla defesa, bem como os princípios de proporcionalidade, objetividade, culpabilidade, razoabilidade e o caráter dissuasivo das sanções.

34.9 A aplicação das multas aludidas nas subcláusulas anteriores não impede que a **ANTT** declare a caducidade da **Concessão**, observados os procedimentos e sanções previstos na Cláusula 39.

34.10 Caso a **Concessionária** não proceda ao pagamento de multas no prazo regulamentar, a **ANTT** utilizará a **Garantia de Execução do Contrato**.

34.11 A **Concessionária** não será penalizada pela **ANTT** nas hipóteses em que os atrasos ou inadimplementos decorram de fatos cujo risco seja de responsabilidade do **Poder Concedente**, nos termos deste **Contrato**.

35 Intervenção da ANTT

35.1 A **ANTT** poderá intervir na **Concessionária** com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

35.2 A intervenção far-se-á por decreto do **Poder Concedente**, devidamente publicado no **DOU**, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os limites da medida.

35.3 Decretada a intervenção, a **ANTT**, no prazo de até 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à **Concessionária** amplo direito de defesa.

35.4 Cessada a intervenção, se não for extinta a **Concessão**, os serviços objeto do **Contrato** voltarão à responsabilidade da **Concessionária**.

- 35.5** A **Concessionária** obriga-se a disponibilizar à **ANTT**, imediatamente após a decretação da intervenção, o **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como todos os demais recursos materiais e humanos necessários à prestação contínua e ininterrupta dos **Serviços Ferroviários**.
- 35.6** As receitas obtidas durante o período da intervenção serão utilizadas para a cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 35.7** Se eventualmente as receitas não forem suficientes para cobrir o valor dos investimentos, dos custos e das despesas decorrentes da **Concessão** incorridas pela **ANTT**, esta poderá se valer da **Garantia de Execução do Contrato** para cobri-las, integral ou parcialmente.

36 Casos de Extinção

- 36.1** A **Concessão** extinguir-se-á por:
- (i) Advento do termo contratual;
 - (ii) Encampação;
 - (iii) Caducidade;
 - (iv) Rescisão;
 - (v) Anulação; ou
 - (vi) Falência ou extinção da **Concessionária**.
- 36.2** Extinta a **Concessão**, serão revertidos à União todos os **Bens Reversíveis**, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a **Concessionária**, todos os direitos emergentes do **Contrato**.
- 36.2.1** No caso de bens arrendados ou locados pela **Concessionária**, necessários para a operação e manutenção do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, a União poderá, a seu exclusivo critério, suceder a **Concessionária** nos respectivos contratos de arrendamento ou locação de tais bens.
- 36.3** Na extinção da **Concessão** haverá imediata assunção dos serviços relacionados à **Concessão** pelo órgão ou entidade competente da União, que ficará autorizada a ocupar as instalações e a utilizar todos os **Bens Reversíveis**.
- 36.4** De acordo com os prazos e condições estabelecidos em regulamentação da **ANTT**, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o advento do termo contratual, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios ou realização de novas obras.

37 Advento do Termo Contratual

37.1 Encerrado o prazo para a operação, manutenção e conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** referido na subcláusula 6.2, a **Concessionária** será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à **Concessão** celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes, excetuados aqueles contratos que sejam essenciais à continuidade da prestação dos **Serviços Ferroviários**, que poderão ser assumidos pelo órgão ou entidade competente da União.

37.2 A **Concessionária** deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com a **ANTT** para que os serviços objeto da **Concessão** continuem a ser prestados de acordo com o **PEF**, o **Projeto Funcional** e o **Projeto Executivo**, sem que haja interrupção dos serviços objeto da **Concessão**, bem como prevenindo e mitigando qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos **Usuários** e dos funcionários da **ANTT**.

37.3 Indenização

37.3.1 A **Concessionária** não fará jus à indenização relativa a investimentos vinculados aos **Bens da Concessão** em decorrência do advento do termo contratual, observado o que dispõe a Cláusula 7 e, especialmente, a subcláusula 7.5.

38 Encampação

38.1 A União poderá, a qualquer tempo, mediante proposta da **ANTT**, encampar a **Concessão**, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada nos termos da subcláusula 38.2 abaixo.

38.2 A indenização devida à **Concessionária** em caso de encampação cobrirá as seguintes parcelas:

- (i) investimentos realizados com capital próprio para o cumprimento das obrigações contratuais, ainda não amortizados ou depreciados;
- (ii) a desoneração quanto aos financiamentos (por meio de indenização e/ou pela assunção dos compromissos pela União); e
- (iii) os danos diretos enfrentados pela **Concessionária**, abrangendo lucros cessantes e, sem limitação, o pagamento dos custos decorrentes de desmobilização, multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a empregados, fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

38.3 A União deverá quitar suas obrigações de pagar a indenização devida à **Concessionária** antes de dar efetividade à encampação da **Concessão**.

38.4 As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela **Concessionária** ao **Poder Concedente** serão descontados da indenização prevista para o caso de encampação.

39 Caducidade

39.1 A União poderá, mediante proposta da **ANTT**, declarar a caducidade da **Concessão** na hipótese de inexecução total ou parcial do **Contrato** por parte da **Concessionária**, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a **Concessionária**:

- (i) prestar os serviços objeto deste **Contrato** de forma inadequada ou deficiente, tendo por base os **Parâmetros de Desempenho**, assim entendido como o não atingimento desses parâmetros de forma grave e recorrente;
- (ii) descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à **Concessão**, afetando de forma relevante os serviços a serem prestados nos termos deste **Contrato** e prejudicando as condições de regularidade, continuidade, pontualidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação;
- (iii) paralisar imotivadamente o serviço por mais de 5 (cinco) dias ou concorrer para tanto;
- (iv) atrasar o início da **Operação Comercial de Trecho Operacional**, afetando de forma relevante o cronograma previsto no **Projeto Executivo**, ressalvadas as hipóteses que não sejam imputáveis à **Concessionária**;
- (v) perder irreversivelmente as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
- (vi) não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- (vii) não atender a intimação do **Poder Concedente** no sentido de regularizar a prestação do serviço; ou
- (viii) for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

39.2 A União não poderá declarar a caducidade da **Concessão** com relação ao inadimplemento da **Concessionária** resultante dos eventos indicados na subcláusula 28.2 acima, ou causados pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.

- 39.3** A declaração de caducidade da **Concessão** deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da **Concessionária** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa à **Concessionária**.
- 39.4** Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à **Concessionária**, sendo-lhe dado, em cada caso, prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.
- 39.5** Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pela União, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo e de acordo com a subcláusula 39.7 abaixo.
- 39.6** Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para a União ou para a **ANTT** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **Concessionária**.
- 39.7 Indenização**
- 39.7.1** A indenização devida à **Concessionária** em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados aos **Bens Reversíveis** ainda não amortizados ou depreciados.
- 39.7.2** Do montante previsto na subcláusula 39.7.1 acima serão descontados:
- (i) os prejuízos causados pela **Concessionária** à União e à sociedade;
 - (ii) as multas contratuais aplicadas à **Concessionária** que não tenham sido pagas até a data do pagamento da indenização; e
 - (iii) quaisquer valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou às circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.
- 39.7.3** A declaração de caducidade acarretará, ainda:
- (i) a execução da **Garantia de Execução do Contrato**, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao **Poder Concedente**; e
 - (ii) retenção de eventuais créditos decorrentes do **Contrato**, até o limite dos prejuízos causados ao **Poder Concedente**.

40 Rescisão

40.1 A **Concessionária** deverá notificar a **ANTT** de sua intenção de rescindir o **Contrato** no caso de descumprimento das normas contratuais pelo **Poder Concedente**, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos previstos na legislação e nas normas regulamentares pertinentes da **ANTT**.

40.1.1 Os serviços prestados pela **Concessionária** somente poderão ser interrompidos ou paralisados após 20 (vinte) dias do trânsito em julgado da sentença judicial que decretar a rescisão do **Contrato**.

40.1.2 Sem prejuízo do disposto na subcláusula 40.1 acima, a **Concessionária** poderá rescindir o presente **Contrato** na hipótese de atraso por parte do **Poder Concedente**, de mais de 4 (quatro) anos para a entrega da **Infraestrutura** concernente à integralidade do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, em relação ao prazo previsto no **Projeto Executivo**.

40.2 Indenização

40.2.1 A indenização devida à **Concessionária** no caso de rescisão será calculada de acordo com a subcláusula 38.2 acima.

40.2.2 Para fins do cálculo da indenização, considerar-se-ão os valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

40.3 Extinção por onerosidade excessiva

40.3.1 Conforme previsto na subcláusula 9.6.1, as **Partes** acordam desde já que, no caso de onerosidade excessiva para a execução do **Contrato** decorrente das soluções técnicas adotadas no **Projeto Executivo**, a **Concessionária** poderá, alternativamente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, requerer fundamentadamente e por escrito a extinção do **Contrato**.

40.3.2 No caso previsto na subcláusula 40.3.1, a extinção do **Contrato** será reduzida a termo e assinada pelas **Partes** em até 30 (trinta) dias da decisão de extinção pela **Concessionária**.

40.3.3 A indenização no caso de onerosidade excessiva de que trata esta subcláusula 40.3 será calculada de acordo com o previsto na subcláusula 41.2.

41 Anulação

41.1 A **ANTT** deverá declarar a nulidade do **Contrato**, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização, desde que tal ilegalidade não seja passível de convalidação ou correção.

41.2 Indenização

41.2.1 Na hipótese descrita na subcláusula 41.1 acima, se a ilegalidade for imputável apenas à própria **ANTT**, a **Concessionária** será indenizada pelo que houver executado até a data em que a nulidade for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração da nulidade.

Capítulo IX - Resolução de Controvérsias

42 Comissão Técnica

42.1 Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e referentes ao **Pagamento pela Outorga**, que surjam durante a execução do **Contrato**, será constituída, nos 30 (trinta) dias seguintes à formalização da divergência, por ato da **ANTT**, uma **Comissão Técnica**, composta por 3 (três) membros, todos com conhecimentos aprofundados na matéria objeto da divergência e indicados por ocasião desta dada divergência, na forma desta cláusula.

42.2 A **Comissão Técnica** será competente para emitir pareceres fundamentados sobre questões submetidas pela **ANTT** ou pela **Concessionária**, relativas às divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos e referentes ao **Pagamento pela Outorga**, durante a execução do **Contrato**.

42.3 Os membros da **Comissão Técnica** serão designados da seguinte forma:

- (i) 1 (um) membro indicado pelo **Poder Concedente**;
- (ii) 1 (um) membro pela **Concessionária**; e
- (iii) 1 (um) membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as **Partes**, quando da ocorrência da divergência. Não havendo consenso entre as **Partes** na escolha no terceiro membro, ele será indicado pela **CCI**, observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

42.4 O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação de solicitação de pronunciamento da **Comissão Técnica** pela

Parte reclamante, juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da demanda, e será processado da seguinte forma:

- (i) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a **Parte** reclamada apresentará as suas alegações relativas à questão formulada;
- (ii) o parecer da **Comissão Técnica** será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela **Comissão Técnica**, das alegações apresentadas pela **Parte** reclamada;
- (iii) os pareceres da **Comissão Técnica** serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável da maioria de seus membros.

42.5 Todas as despesas necessárias ao funcionamento da **Comissão Técnica** serão arcadas pela **Concessionária**, com exceção da remuneração eventualmente devida aos membros indicados pelo **Poder Concedente**.

42.6 A submissão de qualquer questão à **Comissão Técnica** não exonera a **Concessionária** de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do **Poder Concedente**.

42.7 A decisão da **Comissão Técnica** será vinculante para as **Partes**, até que sobrevenha eventual decisão arbitral sobre a divergência.

42.8 Caso aceita pelas **Partes**, a solução amigável proposta pela **Comissão Técnica** poderá ser incorporada ao **Contrato** mediante assinatura de termo aditivo.

42.9 A resolução da divergência pela **Comissão Técnica** será considerada prejudicada se a solução amigável não for apresentada pela **Comissão Técnica**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento, ou se a **Parte** se recusar a participar do procedimento, não indicando seu representante no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

43 Arbitragem

43.1 As **Partes** obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer controvérsia ou disputa entre elas oriunda ou relacionada ao **Contrato** ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados, que não tenha ou não possa ser resolvida de forma amigável por meio de negociações de boa-fé conduzidas entre as **Partes** ou por meio da **Comissão Técnica** de que trata a Cláusula 42 acima, e que não se refiram a questões econômico-financeiras relacionadas ao **Contrato**.

43.2 A arbitragem será administrada pela Corte Internacional de Arbitragem da **CCI**, segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

43.3 A arbitragem será conduzida em Brasília, Distrito Federal, Brasil, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

- 43.4** A lei substantiva a ser aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira.
- 43.5** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, indicados da seguinte forma:
- (i) cada **Parte** deverá indicar um árbitro; e
 - (ii) o terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas **Partes**.
- 43.5.1** Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos por cada **Parte**, o terceiro árbitro será indicado pela **CCI**, observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.
- 43.5.2** Na hipótese de a arbitragem envolver mais de 2 (duas) partes, seja no pólo ativo, seja no pólo passivo, a escolha dos árbitros deverá seguir o previsto na cláusula 10 do regulamento de arbitragem da **CCI**.
- 43.5.3** A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro árbitro.
- 43.6** Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento de mediação, as **Partes** poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do Poder Judiciário, observando-se a competência prevista na subcláusula 48.1.
- 43.7** Caso as medidas de que trata a subcláusula 43.6 se façam necessárias após a constituição do tribunal arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo tribunal arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se entender necessário.
- 43.8** As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as **Partes** e seus sucessores.
- 43.9** A **Parte** vencida no procedimento de arbitragem arcará com todas as custas do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros.

Capítulo X - Disposições Finais

44 Exercício de Direitos

44.1 O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das **Partes** pelo **Contrato**, não importa em renúncia, não impede o seu exercício posterior a qualquer tempo e nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

45 Invalidez Parcial

45.1 Se qualquer disposição do **Contrato** for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a executabilidade das demais disposições contidas no **Contrato** não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

45.2 As **Partes** negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis por disposições válidas, legais e executáveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexecutáveis.

45.3 Cada declaração e garantia feita pelas **Partes** no presente **Contrato** deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das **Partes**.

46 Data-base

46.1 Os valores previstos no **Contrato** e em seus **Anexos** obedecem à data-base de dezembro de 2008, devendo ser reajustados pela **IRT**, salvo disposição expressa em contrário.

47 Lei Aplicável

47.1 O **Contrato** será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

47.2 A **Concessão** será regida pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e, no que couber, pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, sem prejuízo de outras leis e regulamentos aplicáveis, notadamente as Resoluções da **ANTT**.

47.3 A **Concessionária** deverá observar e respeitar todas as resoluções e demais regras da **ANTT**, observadas, no entanto, as peculiaridades e especificidades

inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos do presente **Contrato**.

48 Foro

48.1 Fica desde já eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para a finalidade de obter medidas coercitivas, cautelares ou de urgência referidas na subcláusula 43.6, bem como para a solução de quaisquer controvérsias que não possam ser submetidas à arbitragem prevista na Cláusula 43.

49 Comunicações

49.1 As comunicações e as notificações entre as **Partes** serão efetuadas por escrito e remetidas: (i) por correio eletrônico, desde que comprovada a entrega; (ii) em mãos, desde que comprovadas por protocolo; ou (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento.

49.2 Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta cláusula, os endereços indicados no preâmbulo e os seguintes endereços eletrônicos:

- (i) União: [●]
- (ii) ANTT: [●]
- (iii) Concessionária: [●]

49.3 Qualquer das **Partes** poderá modificar o seu endereço e endereço eletrônico, mediante simples comunicação à outra **Parte**.

50 Contagem dos Prazos

50.1 Os prazos estabelecidos em dias, no **Contrato**, contar-se-ão em dias corridos, excluindo o dia do começo e o incluído o de vencimento, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

51 Idioma

51.1 Todos os documentos relacionados ao **Contrato** e à **Concessão** deverão ser redigidos em língua portuguesa, ou para ela traduzidos, em se tratando de documentos estrangeiros.

51.2 Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

E, por estarem justas e contratadas, as **Partes** assinam o **Contrato** em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Brasília, [●] de [●] de 2014.

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
TERRESTRES**

[CONCESSIONÁRIA]

Na qualidade de interveniente-anuente:

[ACIONISTA PRIVADO]